

Relatório - Pedro Agostinho da Silva
(Executor do Convênio FUNAI/UFBA)

Avaliação do Projeto Nambikwãra - 04.12.75

- a. Os aspectos naturais da região Nambikwãra
- b. Ocupação humana e povoamento indígena (Nambikwãra)
- c. Povoamento civilizado e colonização
- d. Conflitos entre civilizados/Índios - problemas referentes à situação de contato
- e. Soluções e recomendações

PROJETO NAMBIKWARA - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO1. Introdução1.1. Apresentação

A presente avaliação do Projeto Nambikwara, que entre aqueles índios do noroeste de Mato Grosso vem sendo executado pelo antropólogo David Price, Ph. D, e pela equipe sob sua direção, foi solicitada à Universidade Federal da Bahia pelo Presidente da FUNAI, Gal. Ismarth de Araújo Cliveira, que acolheu, assim, sugestão do Dr. George de Cerqueira Leite Zarur, Diretor de seu Departamento Geral de Planejamento Comunitário. Na qualidade de Executor do Convênio entre as duas entidades, recebemos autorização do Reitor Lafayette Pondé para nos dirigirmos àquele território indígena. No deslocamento, foi gasto o período compreendido entre 25 de julho e 21 de agosto, incluindo a viagem de ida e volta a Salvador e o tempo de espera que, por vários motivos sem importância para o relatório, passamos em Brasília e Cuiabá. No campo, a permanência foi de doze dias, contados de 5 a 16 de agosto, incluindo as datas-limite.

Devemos mencionar, como fatores essenciais para a realização do trabalho, o total apoio recebido do DGPC na pessoa do Diretor e de cada um de seus funcionários; a colaboração do DGPI, que forneceu a Planta Cadastral do Vale do Guaporé; a desinteressada ajuda dos missionários Gustavo Gringsken e Menno Kroeker, do piloto-missionário do S.I.L., William Priest, e do casal Júlio-Maria de Lourdes Delamônica Freire, de Cuiabá. Da equipe responsável pelo Projeto Nambikwara não se poderia pedir disponibilidade e interesse mais integrais, quer nas discussões prévias que mantivemos, quer durante o trabalho de campo. O Coordenador do Projeto, Dr. David Price, acompanhou o reconhecimento aéreo, fornecendo indicações e esclarecimentos, e atendendo nisso a expresso pedido nosso; os Chefes de P.Is. Judas Thadeu e Silva e Ariovaldo José dos Santos, responsáveis, respectivamente, pelos Distritos do Norte e do Campo de finidos pelo Projeto Nambikwara, facultaram informes sobre suas respectivas áreas de atuação; e o encarregado do Vale do Guaporé

conduziu-nos de jipe a todas as aldeias desse Distrito que com tal tipo de transporte é possível alcançar, servindo de intérprete e não poupando esforços para fornecer informação, graças a seu excelente relacionamento pessoal com os índios. Por fim, queremos ainda registrar a eficiente colaboração do estudante Celso Lacava, estagiário do DGPC-FUNAI, nosso assistente de campo.

1.2. Processo de avaliação

A necessidade de uma avaliação do Projeto Nambikwara em seus aspectos programáticos e executivos fez-se sentir com o aumento da pressão civilizada sobre os territórios indígenas em que foram instaladas fazendas, e, de forma mais crítica, com o mau resultado de sucessivas tentativas de transferir alguns dos grupos, primeiro para a Reserva estabelecida pelo Decreto nº 63.368 de 08/10/1968, depois para a área interditada pelo Decreto 74.515 de 05/09/1974. Fatores de ordem adaptativa, ou, mais especificamente, agrícola, levaram ao fracasso a mudança dos Vasusú e Al'antésú, que dos campos pobres da Reserva regressaram a suas florestas no Vale do Guaporé; e algo semelhante sucedeu aos Hahayntésú, que, desgostosos com a presença de malária e com outros fatores que consideraram negativos no local que lhes fora destinado na Área Interditada, migraram para leste e acabaram por voltar ao ponto de partida, que lhes pertencia tradicionalmente. De caminho, envolveram-se em conflitos bastante sérios com os índios do Alto Sararé, ocupantes imemoriais da parte leste da Área Interditada e dos espaços que, fora dela, lhe ficam imediatamente a oriente. Os Way'sú, que com os Hahayntésú, tinham sido levados para o mesmo ponto a sul da Serra de S. Vicente, não os acompanharam na volta, e ali permaneceram. Dentro em pouco, entretanto, foram atacados por malária e obrigados a procurar ajuda médica junto à Missão Cristã Brasileira em Vila Bela, que tem trabalhado em estreito contato e cooperação com o Projeto Nambikwara, e nesse local se encontravam, pela segunda vez, quando estivemos no campo.

Diante destes fatos concretos, tratamos de verificar quais os motivos mais fundos a determinar a situação existente, e de identificar as questões problemáticas essenciais com que se defrontava a execução de uma política indigenista adequada à região. A partir daí seria possível escolher os meios a utilizar no processo de avaliação, que teria por fim último verificar se as diretrizes do Projeto e a ação delas decorrente eram compatíveis com a realidade existente e com os fins que se pretendia alcançar.

Em uma primeira fase, discutimos longamente o problema nambikwara com o Sr. Diretor do DGPC e com o Coordenador do Projeto, e examinamos os diversos relatórios que o mesmo submeteu àquele

4

Departamento, ficando patente que o problema essencial era o de uma competição que se processava, a nível ecológico, entre duas populações antagônicas que procuravam manter ou obter territórios no Vale do Guaporé e, com menos intensidade, nos planaltos que o limitam para leste. Outras facetas da situação, de caráter econômico, social e cultural, passavam a segundo plano, se comparadas com a que constatamos ser fulcro de todo o conflito e tensão que envolvem o quadro indigenista regional. Diante disto, optamos por um reconhecimento de campo que estaria dirigido para esse problema central de competição ecológica, desdobrando o reconhecimento em duas fases distintas e sucessivas, uma destinada a obter visão geral do quadro natural em que se processa aquela competição e de seus efeitos sobre ele, e a outra a examinar de perto esses mesmos efeitos. O método julgado apropriado para a primeira fase foi o de sobrevoar o território nambikwara, registrando fotograficamente e por escrito as observações efetuadas, e marcando sobre um mapa os locais fotografados; para a segunda, o de visitar por terra o maior número possível de aldeias e de fazendas instaladas em terras de índios, usando também a fotografia como meio de registo, e completando a observação direta com entrevistas. Estas, com índios ou com membros da sociedade regional, revestiram-se sempre de um caráter informal destinado a eludir resistências ou desconfianças possíveis. Só com o missionário do Alto Sararé houve maior formalidade, devido à sua plena aceitação do trabalho em curso e ao fato de estar bem informado sobre os últimos acontecimentos envolvendo, por um lado, os Hahayntésú e os Nambikwara do Alto Sararé e, por outro, estes e os civilizados da Fazenda Sapé-Saráré.

O reconhecimento aéreo tomou como ponto de partida Vila Bela de Mato Grosso, e acompanhou o percurso marcado a verde sobre o mapa nº 1, ^{folhas 1 e 2} a paisagem natural e a resultante da ação humana ao longo da faixa de voo. Esta cobriu, no primeiro dia, a aldeia dos Way'sú do médio Sararé; as quatro aldeias dos índios do Alto Sararé; a aldeia dos Wasusú do alto Galera; a dos Al'antésú, próxima à fazenda Estrela do Guaporé; e a do diminuto remanescente, provavelmente Way'su, na propriedade da serraria Amburana. Daí seguimos direto a Vilhena, infletindo a rota para leste de maneira a percorrer a parte ocidental da Reserva Nambikwara e, especialmente, seu canto noroeste. De Vilhena, no dia seguinte, partimos em

rumo sul, de modo a sobrevoar os limites entre o Vale do Guaporé e a Chapada dos Parecis, alcançando assim as tres aldeias Mahayntésú situadas entre as estradas que levam às fazendas de Zilo Lorenzetti e Edmundo José Rodrigues. Destas, seguimos diretamente para Vila Bela, a fim de deixar o missionário Gustavo Bringsken, que nos servira de guia; e de Vila Bela partimos para Serra Azul em voo direto, aí encerrando o reconhecimento aéreo. Durante este, foram documentados não apenas as aldeias e seu ambiente imediato, incluindo nele as fazendas mais próximas, mas também os efeitos gerais de disrupção ecológica provocada pelas atividades econômicas civilizadas na vasta área observada. Ao mesmo tempo, as várias rotas escolhidas permitiram cruzar por tres vezes e de modo diferente a Área Interditada (v. mapa 1), do que resultou um bom conhecimento geral a seu respeito; e examinar a faixa da Reserva Nambikwara em que se acha concentrada sua população indígena. Ao todo, foram feitos aproximadamente 880km de reconhecimento, no decurso do qual tomamos 105 fotografias aéreas oblíquas.

Havendo assim confirmado que os pontos mais críticos se encontravam no Vale do Guaporé; deliberamos que a inspeção terrestre se deveria fazer, sobretudo, nessa direção. Na Reserva Nambikwara, cu seja no distrito do Campo, visitamos apenas a aldeia de Serra Azul, enquanto no distrito do Vale fomos a todos os pontos a que era possível chegar de jipe, o que nos levou, nessa ordem, aos Wasusú, ^{Alto} Sararé (ald. do cap. Américo), Mahayntésú (aldeia de Bolla e acampamento provisório na cabeceira da pista da Fazenda de Zilo Lorenzetti), Al'antésú (perto da fazenda Estrela do Guaporé) e Way'sú (remanescentes nas imediações da Serraria Ambirana). A aldeia Al'antésú foi alcançada apenas pelo estagiário Celso Laccava, na companhia do Ch. de P.I. que se ocupa do Distrito do Vale do Guaporé, pois as condições de acesso impediam o uso de jipe e, portanto, ^{o acesso} do avaliador do Projeto, que para este relatório se baseou em dados colhidos por seu assistente. Quanto aos Way'sú que se acham na Área Interditada, estivemos com eles em Vila Bela de Mato Grosso, onde recebiam tratamento contra malária sob a supervisão de Gustav Bringsken.

Nos contatos com os índios, foi grave impecilho a barreira linguística, só superada pelo recurso a intérprete. Mantivemos

Área Interditada, e o contraste é gritante. Naquela, os solos acinzentados ou avermelhados, quase nus, são perfeitamente visíveis para quem voa a baixa altura, e sua falta de potencial agrícola é inquestionável, pelo menos sem que haja recurso a uma tecnologia sofisticada, e dependente de grandes investimentos para correção dos terrenos. As poucas áreas, nas cabeceiras e matas ciliares, onde se poderia exercer uma agricultura de coivara como a que conhecer os índios, são mal distribuídas e irrisórias em relação à superfície total; e o único ponto realmente próprio para o exercício de uma economia agrícola-- sobretudo se destinada, inevitavelmente, a uma futura inserção no mercado-- é aquela extensão de floresta, a que nos referimos, do canto noroeste da Reserva Mambikwara. Esta apreciação de caráter qualitativo vê-se reforçada pelo simples exame do mapa transparente anexo ao presente relatório, e ainda mais pelos dados quantitativos facultados pelo "Projeto para a normalização da situação Mambikwara" elaborado por David Price: de 100000 de hectares de área total, apenas 75.000 (7%) são adequadas para agricultura.

Na Área Interditada as condições são outras. Existe uma complexa combinação de zonas pantanosas e campos-- segundo toda a evidência inundáveis-- ao longo do Guaporé, e no baixo e médio curso do Sararé e do Galera. Mas a floresta recobre inteiramente 133.000 ha (44%) de suas terras, que, apesar de não terem a mesma natureza geológica-- segundo os precários dados de que dispomos-- do segmento do Vale do Guaporé que lhe fica ao norte, são, com toda a probabilidade, melhores que as da Reserva. Essas florestas distribuem-se na Área Interditada entre o sopé da Serra de S.Vicente e seus limites orientais, onde dominam, envolvendo também o sul e o sudoeste da Serra até ao Rio Sararé. Entre as alturas de S.Vicente, cobertas de campo, e a floresta de leste, há uma faixa de cerrado relativamente estreita, que cerca por completo a Serra pelo norte e oeste, alargando-se ao fazê-lo e incluindo, por vezes, grandes faixas de campos. Pela observação aérea e pelo recurso à cartografia, além da leitura dos relatórios e da tese de Price, pode-se concluir que o único óbice sério à ocupação da Área Interditada é a infestação, por malária, das zonas paludosas, que cumpre evitar em qualquer tentativa de povoamento.

O contraste, que procuramos acentuar ao opor a Reserva Mambi-

2. A região nambikwara

2.1. Aspectos naturais

Geologicamente, a maior parte da região nambikwara é ocupada por pacotes sedimentares de idade mesozóica, que se apresentam com um relevo tabular entalhado pelas cabeceiras e pelos cursos superiores dos rios que a drenam. Alcançando, em sua superfície mais elevada, altitudes em torno dos 700 m, essas formações ultrapassam a região em causa na direção norte e leste, mas para nortes e oeste a erosão das bacias do Juruena e Guaporé removeu o capeamento sedimentar e alcançou o embasamento cristalino. Este se faz presente nos baixos cursos dos formadores do Juruena, e no Vale do Guaporé, ou, mais precisamente-- tanto quanto o permitem os dados disponíveis--, no pediplano do sopé ocidental da Chapada dos Parecis. Esta transição para o Guaporé é (mais) abrupta e notável, com um desnível de perto de 400 m nos setenta quilômetros que, aproximadamente, há entre o topo da chapada e o leito do rio, o qual se desenvolve entre depósitos holocênicos. Separada do planalto por elevações inferiores, atacadas pelos altos cursos do Galerá e do Sararé, a Serra de S. Vicente divide transversalmente o vale do Guaporé, isolando a bacia do segundo afluente que acabamos de citar. Em altitude, esta Serra equipara-se à Chapada dos Parecis, e é como ela coroada por uma topografia plana, o que poderia indicar tratar-se de um seu prolongamento para oeste. Mas os dados do Mapa Geológico do Brasil, que serviram de base à descrição anterior, permitem a dúvida, pois indicam aí a presença do pré-cambriano, prolongado até o holocênico que margeia o Rio Guaporé.

Na Chapada, o divisor de águas corre paralelo e muito próximo a sua borda ocidental, de modo que os rios que seguem nesse rumo têm sobre ela apenas uma pequena parte do trajeto, quando não brotam, mesmo, ^{na} encosta, e de qualquer modo sua extensão é pequena, dada a proximidade do rio para onde fluem. O contrário ocorre na direção oposta, e os afluentes do Juruena estendem-se longamente sobre o mesozóico, avolumando-se e adquirindo uma importância que não têm os tributários do Guaporé.

Toda a região, segundo os dados acessíveis, está submetida a um clima de tipo Aw, na classificação de Köppen, e sob sua influên

cia se formaram os diversos tipos de solo encontrados. A decomposição dos sedimentos mesozóicos gerou solos rasos, compactos ou arenosos e permeáveis, secos, pobres em matéria orgânica e facilmente observáveis, na Chapada, através da rala vegetação que os recobre; por outro lado, no Vale do Guaporé, existem solos profundos e mais ricos, em nutrientes minerais-- se é certo que oriundos da decomposição do cristalino--, e em matéria orgânica incorporada. Além destes devem, evidentemente, existir solos desenvolvidos sobre detritos transportados do planalto, mas desconhecemos estudos a respeito. De qualquer modo, a esse contraste geológico e pedológico, existente ao que parece sob condições climáticas homogêneas, corresponde, como seria de esperar, um contraste marcante na cobertura vegetal.

Generalizando, aos solos ricos do Vale do Guaporé adjacentes à escarpa da Chapada, e a esta mesma, corresponde a floresta, que, acompanhando depois os rios como mata de galeria, penetra timidamente até suas cabeceiras, por entre as terras pobres mais elevadas. Nestas, dominam o campo ou a savana, e, como transição entre eles e a floresta, os cerradões e charravascals.

Numa sequência ideal, e não obrigatória, em que o observador se desloque do alto da Chapada e em direção ao Vale, à medida que desce o campo cede lugar ao cerrado, este ao cerradão e o cerradão ao charravascal, até que chega a floresta; e o mesmo corte pode ser imaginado-- embora, como o outro, não ocorra necessariamente-- com o observador partindo dos interflúvios e marchando para a mata ciliar de um dos rios incrustados no planalto. Assim como a floresta de galeria se infiltra nas formações campestres ou de savana, estas surgem como manchas esparsas e de dimensões variáveis na floresta do Vale, e entre esta e os alagadiços que caracterizam as margens do Guaporé, Galera e Sararé, numa resposta provável a condições edáficas particulares. Num ponto, apenas, a floresta compacta do Vale cruza o divisor de águas, e isto acontece já próximo da cidade de Vilhena, dando origem à única área florestada de importância que se inclui nos limites da Reserva Nambikwara, e que importa resguardar a todo custo.

Ao efetuarmos o reconhecimento aéreo, e no que respeita à cobertura vegetal não degradada por ação humana, prestamos especial atenção à que recobre tanto a Reserva Nambikwara, quanto a

kwara e a Área Interditada por serem elas o foco principal de nos
so interesse, reflete, como vimos, apenas um contraste mais amplo:
o que separa a pobreza dos terrenos sedimentares da Cahapada e os
solos profundos e férteis do Vale. Pode-se, entretanto, supor ain-
da um outro, e agora entre o setor do Vale do Guaporé ao norte da
Área Interditada, e a própria Área, pois os solos desta não se de-
senvolvem, tudo o indica, sobre o embasamento cristalino-- o que
os tornaria talvez menos ricos que os demais. Mas isto só uma aná-
lise especializada o poderia confirmar, o que não julgamos, aliás,
ser necessário para os fins que nos ocupam-- embora deva ficar a
hipótese registada.

2.2. Ocupação humana

2.2.1. Povoamento indígena

Desse quadro natural que acabamos de esboçar, a ocupação humana reflete/contraste, ao ser levada a formas diversas de adaptação ao ambiente, num fenômeno que afetou tanto as populações indígenas, quanto as civilizadas que ali se instalaram. Além dessas diferenças condicionadas por fatores de ordem mais especificamente ecológica, fatores geográficos de distanciamento, de aproximação ou isolamento, levaram a uma diferenciação interna da família nambikwara, quer linguística, quer social, quer culturalmente. E neste último aspecto, muito contou a maior ou menor possibilidade de contatos com os grupos indígenas que lhe são limítrofes. O processo que por essa divisão se tornou responsável não importa de momento, importando sim a realidade presente que dele se derivou.

Em termos adaptativos, as duas diferenças mais significantes entre o Vale e a Chapada parecem ser as que afetam a dieta e o padrão de povoamento, hoje atingido pela de população. Sendo, como o demonstrou Price, essencialmente agrícola a economia Nambikwara, com o complemento da caça e da coleta, habitar na floresta cu nos campos traz consigo consequências devidas ao maior ou menor potencial agrícola do habitat ocupado. Nos solos pobres e secos do campo ou da savana o cultivo com uma tecnologia indígena é inviável, restringindo as roças à estreita faixa de solos um pouco melhores, que incorporam os resíduos orgânicos das florestas de galeria e a umidade dos rios que estas acompanham.

Nessas matas ciliares praticam os Nambikwara das terras altas sua agricultura de coivara, tendo como base a mandioca, que, rica em amido mas pobre em outros nutrientes, está no entanto bem adaptada às condições reinantes.

A disposição linear das terras férteis, ao longo do rio, faz que seja pequena a área aproveitável dentro de um raio de ação, que, partindo de qualquer aldeia, tenha de levar em conta ser toda locomocão [e] transporte feitas por indivíduos que se deslocam a pé. Seria, possivelmente, este um dos determinantes originais do padrão disperso do povoamento dos Nambikwara do campo, cujos bandos se subdividiam em aldeias interligadas por laços de interde-

pendência social, traduzida em casamentos e hostilidade entre fações. Por seu lado, os bandos do Vale do Guaporé tendiam a possuir uma só aldeia para cada bando, o que talvez derivasse da maior abundância de área cultivável, se medida em termos de raio de ação útil a partir da aldeia: esta, centro de uma circunferência quase totalmente coberta de floresta, ficava em muito melhor posição para uma agricultura cujo pousio implica na reconstituição de mata secundária. Além disso, os solos mais ricos do Vale foram favoráveis ao plantio do milho, qualitativamente (embora não quantitativamente) superior à mandioca como alimento. Os dados apresentados por Price em sua tese e relatórios indicam também haver mais caça no Vale do que na Chapada, o que deve gerar, provavelmente, maior teor protéico na dieta dos índios do Guaporé. De qualquer modo, para estes parece impensável adaptar-se a um ambiente diverso do seu, como é o da Chapada, caracterizado pela escassez; mas em contrapartida, os índios que nela vivem reagem negativamente às florestas do Vale, consideram infestadas de insetos incômodos. E esses dois pontos são elemento essencial a considerar, ao estabelecer qualquer política indigenista para a região nambikwara.

A considerar também são as diferenças de ordem lingüística e cultural, e as teias de relações sociais que unem e desunem os vários nucleamentos de população nambikwara. Price, apoiado em seu trabalho etnográfico de excelente qualidade, pôde distinguir tres grupamentos principais, unificados (tanto quanto o permite a particular organização social destes índios) pela língua, por semelhanças de cultura (originais e resultantes de aculturação), e por laços sociais de intercassamento e, em menor grau, de trocas econômicas. Esses grupamentos, envolvendo vários bandos, línguas e dialetos, são o do Norte, o do Campo e o do Vale do Guaporé, e exigem tratamento como unidades separadas, ao se executar a ação indigenista. E mais: exigem também, para que possam ser mantidos em funcionamento, que às aldeias que compõem cada um deles seja assegurada contiguidade territorial, sem o que se tornaria inoperante seu sistema social e afetado o equilíbrio demográfico. Separadas as aldeias de cada Distrito-- assim chamou Price, para fins operacionais, a esses grupamentos--, suponhamos, por cunhas de penetração civilizada, seria muito prejudicial para as relações de que dependem os intercassamentos terem de se fazer através de territórios não índios. Porque isto implicaria em contatos frequentes com brancos e (todos os riscos de exploração e contágio. E sem

os intercassamentos é impossível a sobrevivência dos nambikwara em termos reprodutivos, pois o crônico deficit de mulheres obriga a buscar esposa em aldeias vizinhas. Quer isto dizer que todas as soluções que se procurem deverão destinar territórios contínuos a cada um daqueles grupamentos, tanto no caso de permanecerem onde estão, como no de terem de ser mudados por motivos estranhos à própria vontade.

No entanto, à rede de intercassamentos está associado um façãoalismo generalizado, que torna potencialmente hostis e mesmo inimigos os mesmos grupos que entre si trocam mulheres. Dessa hostilidade latente derivaria, também em parte, o padrão de povoamento com aldeias afastadas umas das outras, pois o afastamento diminuiria as probabilidades de se transformar em conflito aberto a encoberta hostilidade. Diante disso, caberia levantar a pergunta de se essa hostilidade não teria como função, a nível ecológico, manter o próprio distanciamento entre aldeias, de forma a assegurar uma baixa densidade demográfica pela dispersão delas em um vasto território. E assim, a impedir o surgimento de pressão demográfica e a garantir o equilíbrio entre as exigências da sociedade e os recursos do ecossistema. Considerando os dois principais sistemas ecológicos da região e seu potencial relativo, se a resposta fosse positiva o preenchimento dessa função seria mais importante na Chapada do que no Vale do Guaporé.

Aceitando, como hipótese provisória, que tal função fosse preenchida por aqueles padrões de hostilidade, haveria uma distância objetivamente necessária entre aldeias, antes de se fazerem sentir os efeitos depopulativos do contato com a civilização. E dela se teria originado uma imagem de distância ideal, subjetiva, que teria continuado a vigorar para o índio mesmo após a depopulação. Esta, diminuindo o contingente demográfico, diminuiria também as exigências territoriais de cada grupo, e, com elas, a distância objetivamente necessária em seu espaçamento geográfico. Mas o mesmo não se daria com a distância subjetiva, culturalmente conservada, que faria interpretar como invasão de território qualquer convivência mais próxima em caráter permanente. Se novas condições demográfico-ecológicas permitem e obrigam, presentemente, pela vida em terras reservadas, à redução do afastamento dos grupos locais, é aquela uma hipótese a ser considerada com seriedade, e a exigir

um procedimento destinado à mudança de atitudes.

Na falta desta última poderia estar, talvez, uma das causas do conflito entre Mahayntésú e índios do alto Sararó, quando da transferência efetuada. O que é difícil precisar é, evidentemente, o tempo necessário para conseguir aquela mudança, que não é entretanto impossível. Mais difícil e demorado será, através da barreira lingüística, convencer os indígenas a abandonar territórios tradicionais que de direito lhes pertencem, mas que de facto já lhes foram usurpados, ou pelo menos totalmente perturbados.

2.2.2. - Povoamento civilizado

2.2.2.1.- Caracterização genérica

Uma observação, feita por Kalervo Oberg quando da pesquisa que fez entre os Nambikwara, é até hoje aplicável à parte de seu território que se localiza sobre a Chapada: "The soil here is sandy and the rainfall insufficient to support a forest. (...) This is public domain and apparently unwanted by stockmen owing to its poor soil and lack of water" (p. 83).

A pecuária extensiva, em pastos naturais, tradicional do interior matogrossense, não se instalou ali com o vigor encontrado mais ao sul, nem a moderna criação, com pastos plantados, julgou vantajoso investir nesses solos arenosos e sem umidade. Apenas algumas tentativas de colonização foram efetuadas, como a da gleba Continental, no âmbito da atual Reserva Nambikwara, e delas o único remanescente que parece restar é um pequeno proprietário-- de que voltaremos a falar-- no lugar chamado Boqueirão. Aqui, pratica não a pecuária mas a agricultura, valendo-se da mata ciliar nas cabeceiras de um rio: qual é, aliás, uma das poucas que há no canto sudoeste da Reserva. Fora isto, o que tem atraído atenção é a mancha de floresta que possui no noroeste, já próximo do P.I. Nambikwara, onde uma empresa madeireira, controlada pelo Bamerindus, tem feito medições e derrubadas. Segundo informes colhidos entre os índios, sua estrada de penetração corta a aldeia que eles estabeleceram em Campos Novos. Fora isto, os únicos pontos habitados por civilizados que direta ou indiretamente atingem as populações indígenas da Reserva são os negociantes localizados ao longo da rodovia BR-364, cujas necessidades de circulação atendem, funcionando como pousada, restaurante, e entreposto comercial. E também, é fácil prever, como núcleo de futuras concentrações de povoamento, de pequenas vilas ou cidades interioranas. A maioria deles está do lado oeste da BR-364 e portanto fora da Reserva, o que não impede que dentro de seus limites estoquem madeira (Posto "O Chefão") e obtenham água (Évoca Ltda.), apesar das gestões em contrário dos encarregados do Projeto Nambikwara; mas existe um desses estabelecimentos que, embora haja dúvidas quanto à exata posição do extremo meridional da Reserva, parece estar dentro dela. Trata-se do empreendimento que é conhecido como Posto do Gaúcho.

Esses tipos de empreendimento caracterizam a exploração econômica da região Nambikwara: o pequeno proprietário rural, que dispõe de limitado capital e de poucos auxiliares, sendo essencialmente local em seu desempenho; o comerciante de beira de estrada, que provavelmente maneja maiores capitais e é o elo de ligação entre a população rural e os centros urbanos, Cuiabá principalmente; e por fim o grande empreendimento capitalista, empresarialmente organizado, que resulta de investimentos oriundos dos polos econômicos do sul do país, coincidentes com ^{os} centros de decisão. Não obstante seus diversos efeitos negativos sobre os índios, não são os dois primeiros tipos que acarretam maior soma de problemas para os indígenas, e sim o último.

Capaz, pelo próprio volume de capital empregado, de mobilizar uma tecnologia moderna e grande quantidade de trabalho, a empresa capitalista é a dotada de maior poder de ação e de transformação do ambiente, o que acarreta a completa interrupção dos ecossistemas de que participam as populações indígenas. Isto dá-se seja pela utilização direta dos recursos florestais-- é o caso das serrarias--, seja por sua destruição parcial ou total, para os substituir por pastos artificiais. E, ainda, pela combinação dos dois processos, o que é, segundo sabemos, a forma mais comum de aproveitamento do ambiente. Pelas características de suas atividades-- extração de madeira e pecuária extensiva--, a organização empresarial age sobre grandes extensões, desmatando intensa e velozmente. Misso, vale-se de uma multidão de trabalhadores braçais não-especializados (disseram-nos que 1.500 só na Fazenda Estrela do Guaporé), de produtos químicos desfolhantes, e do uso indiscriminado de fogo. O resultado é que, por onde passou a fazenda ou serraria, se torna impossível a agricultura de que dependem os índios. Estes são também prejudicados pelos desfolhantes, mormente se aspergidos de avião; as aldeias do Sararé tiveram seus mangabais parcialmente atingidos, devido a um erro de cálculo na aplicação. Some-se a isso que a derrubada, com seu ruído e movimentação, e com seus efeitos permanentes, afugenta a caça e perturba suas condições de vida, mesmo nas áreas ainda não atacadas diretamente. Mas estas estão também sob a pressão dos peões das fazendas, que nelas buscam suprimento de carne e passam, assim, a competir pessoalmente com os indígenas, que já têm de enfrentar a competição sistemática das fazendas.

Por fim, o próprio rebanho entra em cena, invadindo as roças e comendo o alimento das aldeias; e vai mais longe, pois entre os Nambikwara sabemos que de madrugada se aproxima e come a própria aldeia, mordiscando e arrancando pedaços da cobertura das casas. Não admira que os Nambikwara vejam no boi um ser maligno, nem que o flechem quando o podem fazer. A lista de animais flechados que tivemos em mãos refere-se exatamente à fazenda de Zilo Lorenzetti, onde casa de índio é comida de gado. Para completar, a população das grandes empresas é predominantemente masculina, sendo poucas as mulheres residentes, e estas, geralmente comprometidas. Prostituição, existe longe, sendo Vilhena o local mais próximo. De modo que a Índia é a solução sexual imediata. Entre os Way'su da antiga aldeia, que ficava a cem metros de uma venda em que aos fins de semana havia bebedeira (pois o álcool é banido das fazendas), prostituir-se era coisa corriqueira.

São essas, portanto, as características e consequências gerais dos estabelecimentos empresariais na região, em termos de competição ecológica com as populações nativas. O que não quer dizer que, dentro de seus padrões de avaliação, elas não tratem de alcançar um máximo de eficiência.

Essa eficiência traduz-se, para uma empresa capitalista, na maximização dos lucros em relação ao capital investido, e isto, no setor rural, implica no aproveitamento da maior concentração de recursos naturais, e na criação de vias de transporte o mais curtas possível em relação à área total explorada. Desse modo, cresce a produtividade, e com ela a rentabilidade do capital para uma constante qualquer de tecnologia e trabalho empregados. Na região Nambikwara, essa dupla exigência quanto a recursos e transporte só pode ser atendida pelo Vale do Guaporé, ocasionando assim, na ocupação civilizada, um contraste paralelo ao que verificamos haver na indígena.

Desprezando a Chapada, atraída pelas madeiras e pelos solos profundos e úmidos do Vale, ideais para o plantio de pastagens, a grande empresa beneficiou-se também da proximidade do divisor de águas. Seguindo-o de sudeste para noroeste, a BR-364 é o eixo a partir do qual se criou um sistema de estradas curtas/paralelas que, com os caminhos secundários que delas irradiam, permitem atingir um optimum de superfície útil com um mínimo de construção viária. O maior interesse das empresas pelo Vale, assim como sua capacidade de transformar o ambiente, reflete-se, de saída, na dife

ça entre o número de estradas que da BR-364 partem para leste, por entre campos e savanas, e para oeste, rumo às florestas do Guaporé. Estas são, pelo mapa de Price, apoiado em aerofotogrametria, oito ao todo, enquanto aquelas não passam de tres; e a desproporção aumenta, com a que da BR-416 alcança as matas no sul da Área Interditada.

De um lado e outro das estradas do Vale o desmatamento caminha e alarga, avançando com a ponta da pista à medida em que a mata recua. Simultaneamente, vão surgindo benfeitorias que demonstram investimentos altíssimos: campos de aviação, serrarias, casas de empregados, escritórios, residências da administração, vendas, pensões e currais, tudo isso concentrado nas sedes das fazendas, e ainda os currais e os casebres da peonagem dispersos por toda a parte.

Do avião, até onde a vista alcança veem-se os penachos de fumaça das queimadas, que escurecem o céu na época seca. As fotografias que tomamos permitem, perfeitamente, visualizar a devastação que envolveu os indígenas, tornando, ou tendendo a tornar, inoperante seu sistema econômico.

No mapa transparente, nota-se que as derrubadas aumentam de extensão e frequência do sul para o norte, e, sobrepondo-o ao mapa nº 1, vê-se que as maiores clareiras civilizadas estão sobre as aldeias dos índios, e quando não, às suas portas. E se alguma crítica pode ser feita ao primeiro desses mapas, é a de sua desatualização: no tempo decorrido entre a época em que foi traçado e aquela em que estivemos no campo, o desmatamento só fez aumentar.

2.2.2.2 - Problemas específicos

A descrição de caráter abrangente que fizemos adquirirá maior precisão com o exame de casos concretos:

a) Estrada da Fazenda Sapé - Sararé (acesso no Km 517/ 519 da BR - 364). Saindo da rodovia - eixo, percorrem-se 24,3 km até o rebordo da Chapada, onde se iniciava a mata e hoje se inicia a derrubada. Esta continua por 12,5 km ininterruptos, até à sede da fazenda, e daqui por mais 5,5 km, alcançando o campo de aviação aberto espontaneamente pelos índios do Alto Sararé, cuja aldeia dista uns 400m para oeste. A aldeia anterior, recentemente queimada, estava bem ao lado da pista. A causa desta queima foi a morte de uma menina, devida a doença mas atribuída pelos índios da Sapé - Sararé, ao descaso da pessoa [

O chefe Américo, pai da menina, culpa-o diretamente, e ameaça envenenar os trabalhadores, além de lhes incendiar as casas. Na ameaça de envenenamento foram incluídos os filhos do missionário Pauck, mas parece que a idéia foi abandonada. Mas a de deitar fogo às moradias dos peões continua a vigor, e quando ali estivemos uma acabava de ser queimada. No próprio modo de nos receber, o chefe Américo demonstrou sua revolta contra os civilizados: foi o único líder nambikwara a nos tratar com hostilidade, procurando impedir as fotografias, de modo decidido e agressivo. Esta atitude para com o branco é mais do que justificada, pois a única compensação que tiveram por deixar a fazenda instalar-se pacificamente foi, na ocasião, um saco com cinco quilos de açúcar. Hoje, recusam-se a recuar mais. A terra é deles desde tempo imemorial e dali não sairão sob pretexto algum, e se saírem voltarão da Área Interditada, que fica aproximadamente a 5 km para oeste.

Quando os Hahayntésú apareceram na fracassada mudança, os Sararé viram-se premidos entre os brancos e os novos visitantes, que sem cerimônia lançavam mão de suas roças, e além do mais se recusavam a ceder mulheres em casamento. Duplamente pressionados, os Sararé voltaram-se contra o competidor mais fraco, com os resultados descritos por Price em seu segundo relatório, e confirmados, com variações, pelo missionário Pauck. Parece-nos que o único modo de aliviar, um pouco, as tensões sociais neste local será acrescentar à Área Interditada o pedaço de terra (de uns 5 por 20km) indicado em vermelho no mapa nº 2.

b) Estrada da Fazenda Aguapé (acesso no Km 564 da BR-364). Nesta estrada, o campo e o cerrado estendem-se até ao primeiro declive da Chapada. Este é breve e coberto de mata, que logo cede lugar a um cerrado mais ralo e a uma formação parquiforme, de árvores altas e esguias, e a restos de floresta já degradada. A capoeira que a ela se combina, junta-se o capim colonião, o acúmulo de toras à beira do caminho, e mamoeiros que atestam a perturbação da ecologia original. Neste ressaltado da Chapada está a aldeia Wasusú, premida pelo desmatamento, que, a partir do Vale, sobe a escarpa e atinge as primeiras e poucas roças indígenas.

O chefe do PI foi advertido pelo administrador da fazenda de que deveria comunicar aos índios que, sendo dela aquelas terras (!), no próximo ano não poderão abrir roças e deverão ceder lugar à derrubada e à pastagem. Sublinhando a advertência, a 2km da aldeia há um curral, embora sem gado. Privados de roças, suficientes devido ao insucesso de sua transferência para a Reserva Nambikwara, os Wasusú dependem em parte da coleta - por caridade? - de mandioca nas plantações feitas por civilizados. Saindo da aldeia, o terreno mantém-se plano por uns 5 km, e desce novamente, acompanhado de mata, com capoeira e capim colonião infiltrado, de um e outro lado da estrada. A origem da capoeira parece ser a intensa extração de madeira. No sopé da Chapada acham-se as pastagens e derrubadas ininterruptas, que nos informaram pertencerem à Fazenda Aguapé. Por 8,6 km acompanhamos a faixa desmatada, até chegar à sede da Fazenda, passando por várias benfeitorias. Naquela, uma pista de aviação com 2.000m, gramada e balisada cuidadosamente, revela a importância do investimento. As casas principais são todas de alvenaria e apenas uma poucas de taboado. Há serviço de rádio, e o veterinário encarregado do escritório disse-nos que, dos 6.000 alqueires possuídos, 4.000 foram deitados abaixo, servindo a um criatório de 6.000 cabeças. Praticava-se a inseminação artificial, com semen trazido de S. Paulo por avião. Da Fazenda Aguapé (com cuja gente os índios mantêm tensas relações) a estrada continua até à do Sr. Garibaldi, de quem os Wasusú são amigos, mas não fomos até lá, por haver visto o bastante.

Além dos criadores, os madeireiros estão ativos em território wasusú. A 2 km da aldeia, ouve-se o ruído das motosserras, e na estrada (a uns 250 m das casas) passam caminhões carregados

de toras, quase que de hora em hora.

Informado pelo Ch. de PI Silbene de Almeida das razões de nossa missão, o líder wasasú declarou-se disposto a mudar para a Área Interditada, o que confirma a opinião que David Price tem sobre o caso. As desconfianças entre os Sararé e Wasasú estão sendo abrandadas por um trabalho inteligente, que se vale de um gravador de som para levar recados de um a outro bando, e tudo indica que dará bom resultado. De qualquer maneira, a situação wasasú é de tal ordem que se torna inviável, em pleno centro de ação de grandes empresas.

c) Estrada das Fazendas Lorenzetti, Numura, Estrela do Gua-

• Amburana (acesso no Km 628 da BR - 364). Não obstante tudo o que descrevemos, é nesta estrada que pudemos observar a mais intensa transformação do ambiente. A derrubada é contínua, salva por um ou outro resto de mata aqui e ali, nos 65 km que mediam entre a beira da Chapada e a sede da Fazenda Lorenzetti; e entre essa beira e a BR - 364, há 22km de cerrados inaproveitados. Antes de chegar à sede, depara-se, numa pequena mancha de savana, a aldeia Hahayntésú do Bolinha, composta de uma única casa, edificada exatamente sobre a trilha dos jipes. Ao retornarem da mudança para o Sararé, os índios escolheram essa forma de afirmar seu direito ao território tradicional, a menos-de 100 m da antiga aldeia, já incendiada. As fotos mostram os bois pastando nas proximidades, e a estrada de penetração. No caminho para essa aldeia passa-se pelas construções da Sorana, pista sinalizada e gramada, hangar e residência de alvenaria com vidros ray-ban. Na sede da Lorenzetti o estilo é o mesmo. Grandes casas de alvenaria (a principal tem aspecto luxuoso), serraria, barracões de táboa, imensas quantidades de troncos acumulados e de madeira serrada, e pista de aviação. Esta é longa, mas não gramada. Exatamente a 30 passos para leste de sua cabeceira norte, está a segunda aldeia Hahayntésú que visitamos. Seu estado é deplorável, e deve-se à presença civilizada; compõe-se de uma choça grande, quase descoberta, e de mais tres choças pequenas, tapadas com folhas e pedaços de plástico. Apesar das condições precárias, os índios sentem-se atraídos pela fazenda, pela possibilidade de obter açúcar e outros bens e pela assistência médica que, verdade seja dita, lhes é oferecida em sua enfermaria.

Mas este ato de boa vontade não compensa o mal causado, como empresa econômica que compete com eles pelo mesmo território.

A solução do caso Hahayntésú é, como aliás o sublinhou Price o de solução mais difícil e duvidosa. Simplesmente -- é o testem^uinho do missionário Booy -- negam-se a qualquer mudança, especialmente depois do efeito negativo da anterior. E como ainda tem bastante mata intocada -- embora comprimida entre a fazenda Lorenzetti e a de Edmundo José Rodrigues -- não tomaram consciência de que breve estarão em posição insustentável. E para o fazerem, terão, provavelmente, de sofrer as consequências, depopulativas principalmente, da competição e do convívio civilizados.

Convém reter que os Hahayntésú tem regularmente flechado gado e que dois ou três dias antes de deixarmos o campo entraram em casas de peões, retirando alguns objetos, e, ~~po~~ que é mais séria marca de hostilidade, derramando pelo chão o tão cobiçado açúcar.

Da estrada da fazenda Lorenzetti partem as que levam à Estrela do Guaporé e à serraria Amburana. No trajeto de 11,5 km entre aquela estrada e a sede da Estrela do Guaporé, ainda há floresta, parte dos 20.000 alqueires que tem (metade dos quais este ano) o empreendimento. Destes, 800 estão derrubados, e o trabalho continua em ritmo acelerado, empregando 1.500 homens e desfolhante, manualmente aplicado. As benfeitorias são muitas, mas de tábuas, sendo a principal a serraria, muito bem instalada e ativa; vejam-se as fotos dos troncos depositados ao longo da estrada. Há também 6.000 reses. O desmatamento está-se aproximando da aldeia Al'ântésú, ^{que} ainda dispõe de matas, o que não impede que logo desapareçam. Não o visitamos pessoalmente, pela dificuldade de acesso, mas o CH, de PI acompanhou até lá nosso assistente Celso Lacava: segundo este, de todas as aldeias vistas no Vale é a que tem melhor aspecto, grande, limpa, com plantações à volta e um rio muito próximo. Mas este aspecto é enganador. Ao que se supõe há poluição das águas do rio pelo gado que bebe a montante, e a mortalidade infantil é altíssima, por desintéria. Satisfeitos com as condições que são boas só na aparência, e dando-se bem com o pessoal da fazenda, os Al'ântésú foram ver-nos na sede. Do que soubemos, formamos a idéia de que haverá certa relutância quanto à mudança (houve a infrutífera experiência de irem para a Reserva Nambikwara), mas que, com cuidadosa ação diplomática, será possível convencê-

los a isso, e subtraí-los ao risco de infecção em que se encontram.

Mais melancólico é o estado dos remanescentes Way'su da serra Amburana. Aqui, o desmate cobre os 4,2 km que há entre a entrada da propriedade e a aldeia dos índios, antes da qual está a serra, fotograficamente documentada. A clareira dos brancos e a clareira dos índios são contíguas, e no centro desta, estranhamente quieta quando ali estivemos, havia só uma casa deserta, e outra queimada. Esta fora incendiada há pouco com seu conteúdo (inclusive dois machados de ferro), pois as cinzas, já frias, ainda não tinham sido dispersas pelo vento. O fato indica provavelmente que morreu alguém, reduzindo a diminuta população que havia em março de 1975, segundo Price: uma menina, um casal de velhos, um louco e um adulto com defeito de fonação. Estes, soubemos, não se querem mudar, mas mesmo isto é duvidoso, pois são confusos e todo entendimento é precário.

+

Comparado com o panorama da competição interétnica no Vale, o da Chapada é muito mais simples, e mais fácil a solução dos problemas. Há, entretanto, certos pontos que é preciso abordar.

a) Utilização da margem oriental da BR - 364. Esta é feita por fres dos entrepostos comerciais, de maneira diferente. A madeireira do Posto do Chefão deposita troncos dentro da Reserva, perto da estrada, e já foi advertida pelo Projeto de que os deve retirar. A Evora Ltda, usa água ~~de dentro~~ da Reserva, e tem esperanças de ^{con} ~~trair~~ ^{trair} ali instalações sanitárias, pois, segundo nos disse seu proprietário, o Sr. Fritz Tolksdorf garantiu-lhe que a área fronteira a seu armazém não é da Reserva -- o que não corresponde à verdade. Não nos parece prejudicial a retirada de água, sem a qual faltariam ao negociante condições de trabalhar, e poder-se-ia pensar na cobrança de uma taxa, simbólica ou não. O que é in^{ad}missível é a construção de instalações, sanitárias e outras, a leste da estrada. Quanto ao Posto do Gaúcho, se finalmente se constatar que está em terras indígenas, cumpre ordenar sua mudança para o outro lado da BR 364, que é, segundo nos consta, de sua propriedade. Esta mudança pode ser paulatina, de modo a não ocasionar desorganização ao empreendimento, uma vez que este não está de imediato prejudicando alguma aldeia de índios.

b) Atividades da Bamerindus Agropastoril S/A. Na confluência dos limites norte e oeste da Reserva Nambikwara, aquela mancha de floresta de boa qualidade a que de início nos referimos tem sido explorada pela Bamerindus, com o corte de madeiras. No reconhecimento aéreo pudemos verificar a penetração, que acarreta sérios transtornos. Os índigenas tem dúvidas sobre se a mata ficará para eles ou não, e por isso os N^okarattú até agora não fizeram pazes com os Mamaindê, nem se instalaram na Reserva. Esta transferência será possível, pelos dados que temos, desde que se elimine a presença da Bamerindus, nefasta não só por esse motivo. Quando regressámos da inspeção no Vale do Guaporé, encontramos Serra Azul alarmada com as notícias de Campos Novos. O encarregado do Distrito do Campo estava lá, e não o entrevistamos por termos partido antes do seu regresso. Mas os índios contaram como dois homens daquela empresa entraram na aldeia, embriagaram os homens e passaram à tentativa de estuprar as mulheres. Até um menino de doze anos ficou completamente bêbado, depois de tomar "4 vidros de cachaça" (sic; ignoramos a capacidade de cada um). As mulheres fugiram para o mato, e com as crianças passaram a noite expostas às baixas temperaturas da friagem, sem fogo e sem abrigo. Foi pedida polícia de Vilhena, que atendeu, e polícia federal também, que o Sr. Delegado da FUNAI em Guiabá nos disse ter sido enviada. É preciso uma atitude urgente e enérgica, para expulsar definitivamente do território legalmente indígena os invasores da empresa e quaisquer pretensões suas. Essa iniciativa poderá, mesmo, assumir aspectos judiciais e policiais.

c) Propriedade de Boqueirão, do Sr. Ademar Geraldo Pereira César (acesso no km 646 da ER - 364, o mesmo que leva a Serra Azul). Pelos antecedentes históricos e humanos de que esta questão se reveste, é a mais delicada da Reserva Nambikwara, exigindo tanto para atender à política indigenista e, simultaneamente, evitar a prática de injustiças. A pequena fazenda em causa é anterior à instituição da Reserva, e à exigência legal de certidão negativa da FUNAI para obter terras onde haja populações indígenas. Com um total de 2.991^{ha}, dos quais 1.537 aproveitáveis, ocupa, na Chapada, o encaixamento e adjacências do Rio Boqueirão, afluente do Caraná, aproveitando os solos da floresta de galeria, e tendo casas e plantações bem cuidadas. Trata-se de uma exploração de proporções mo-

destas, quase familiares, pois o proprietário trabalha diretamente o solo, auxiliado por mais dois chefes de família, sendo todos gente de pequenas posses. A população do Boqueirão é de 27 civilizados, entre homens, mulheres e crianças. Dali à margem leste da BR-364 há uma estrada carroçável. O dono exibiu documentação de registro no INCRA, de posse, de recolhimento de impostos e contribuições em dia, tanto quanto entendemos desse assunto. Os terrenos foram adquiridos duas vezes: primeiro, à Industrial Colonizadora Continental S.A, proprietária da antiga Gleba Continental, por Cr\$ 249,000,00 (cruzeiros velhos); e depois ao Estado por Cr\$ 282,749,00 (cruzeiros velhos), integralizados a 6/1/1966, conforme consta do Diário Oficial de Mato Grosso, ed. de 12 de janeiro de 1966. Após a quitação dada pelo Estado, a fazenda foi cadastrada no INCRA. Ao criar-se a Reserva Nambikwara em 08/10/1968, o problema surgiu e foi apreciado, recebendo o Sr. Pereira César um ofício do Delegado Regional da FUNAI em Cuiabá, Sr. Nélcio Buckner. Extraímos dele o seguinte trecho relevante: "... esta DR concordará com sua permanência na área da Reserva até o momento que a conduta de V.S., não seja nociva ou inconveniente ao processo de assistência aos índios dessa Reserva" (Cf. m/m nº 354 - 5ª DR-Cuiabá, MT, 19/11/1968).

Um enclave civilizado em reserva indígena é sempre mau precedente, porque abre vez a que surjam novos enclaves. E por esse motivo vários entendimentos foram mantidos, com o objetivo de providenciar indenização ou substituição de terras, que permitisse o afastamento do Sr. Pereira César, que, aliás, sempre se demonstrou disposto a negociar. Por razões que não dominamos por completo, mas que em parte acreditamos sejam impecilhos legais e dificuldades de ordem financeira, há seis anos está ele à espera de uma decisão que não vem. Impedido de ampliar sua pequena empresa agrícola, sempre na expectativa, o Sr. César foi presa fácil de intrigas e colocou-se em posição antagônica ao Coordenador do Projeto, que passou a ver, não como representante e executor de uma política da FUNAI, mas como inimigo pessoal. Não lhe reconhece autoridade dentro do Boqueirão, ainda estando este incluído na Reserva, e fez saber que se por ali aparecesse arriscava-se a ser morto. Indagamos diretamente a respeito, e, embora o Sr. César não o colocasse em palavras explícitas, deixou clara sua ameaça de agir contra a in-

tegridade física de David Price, se este se atrevesse a entrar em suas terras. Tal atitude não equivale à do Coordenador do Projeto, que procura uma solução racional e pacífica para o caso. De qualquer maneira, a violência é possível a qualquer momento, e não se deve excluir a possibilidade de que os índios, inconformados em não o verem sair, tomem suas próprias providências ... A tanto chegaram as delongas, mas não é só.

Cansado de aguentar o prejuízo de não poder expandir seu empreendimento, tendo que pagar impostos, o Sr. Pereira César decidiu, por sua conta, trazer novos colonos. Pretende empregar 20 famílias e aumentar a área aproveitada, o que implicará na destruição de floresta e sua substituição por plantios destinados ao mercado, e em introduzir na Reserva uma nova população, de uns 100 civilizados (calculando famílias de 5 ind.). Quando objetamos e advertimos, concedeu um ultimato de 30 dias, em que aguardaria qualquer solução e depois levaria avante sua iniciativa. Disse de mos ciência ao Sr. Presidente da FUNAI, logo ao regressar do campo (agosto, 1975); e também de que tal introdução de colonos será uma fato gravíssimo para o programa indigenista e para a sobrevivência dos índios. Cumpre impedi-la sumariamente, e resolver com urgência os outros aspectos da questão.

Estes podem ser enfrentados mediante negociações entre os competentes Departamentos da FUNAI e o Sr. Pereira César, que se acha disposto a uma de duas alternativas de compromisso. A primeira envolve simplesmente indenização em dinheiro, por todo o investimento feito em 17 anos de beneficiamento do Boqueirão, indenização essa que calcula satisfatória se montar a Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos); A segunda, seria a de lhe ser dada, através do INCRA, uma área qualitativa e quantitativamente equivalente à de que dispõe, e ainda um complemento em dinheiro indenizado as benfeitorias (plantios, estradas e construções). Esse complemento é estimado pelo proprietário em Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros).

Falta-nos competência para julgar em termos absolutos a justeza da tais afirmativas, mas, se não houver troca de terras, nem opção pelo pagamento do valor venal dos bens aos preços correntes no mercado local, conviria fazer dois reparos: primeiro, o de que há um capital investido na compra do terreno; e segundo, que

há um outro capital, investido nas benfeitorias, composto por dinheiro e por trabalho não assalariado do dono do Boqueirão e seu grupo familiar. Sendo o Sr. Pereira César classificável como um camponês com terras que produz para subsistência e mercado, tirar-lhas sem compensação seria reduzi-lo à miséria, por falta de outros meios de vida. Ora isso é indiscutivelmente injusto, mormente quando no Vale do Guaporé a grande empresa foi e é completamente livre para agir, sendo agora extremamente dificultosas e demoradas quaisquer iniciativas que vão de encontro a seus interesses, pela oposição que haverá.

Discutida a população permanente da região Nambikwara e seus defeitos, resta um tipo particular e minúsculo de população periódica. Referimo-nos especificamente aos pesquisadores científicos e missionários. Destes últimos não nos ocuparemos, pois o que há a dizer foi dito por Price em seus relatórios, e, no momento, sua ajuda está sendo importante na assistência aos indígenas, embora o ideal seja que se venha a prescindir dela. Isto ocorrerá quando o Projeto Nambikwara esteja em fase mais adiantada de execução, e dotado de pessoal especializado nos setores de saúde e outros, reforçando o antropólogo e chefes de posto.

Durante nosso trabalho de campo só havia na região uma equipe científica, que planeja retornar em caráter periódico por certo número de anos. Dispõe de bastante equipamento, de financiamento do Museu de Arqueologia do Rio Grande do Sul, do apoio da Smithsonian Institution, e, possivelmente, virá a ser financiada pela National Geographic Society de Washington. Além do pessoal auxiliar, era composta pelo arqueólogo Miller (que dirigia a pesquisa) e pelo fotógrafo-documentarista Jesco von Puttkamer. Além deles, estava inicialmente previsto que o autor deste relatório deveria pertencer à equipe, mas circunstâncias que não vem ao caso impediram que isso se concretizasse. Por isso, poderemos falar do assunto com perfeito conhecimento.

Põe-se, primeiro a questão da competência do investigador Miller, e quanto a esta não param dúvidas. Tem trabalhado em estreito contato com o Departamento de Antropologia da Smithsonian Institution, e goza da confiança profissional dos Drs. Clifford Evans e Betty Megger, o que é garantia suficiente de que sua atuação não redundará na destruição e perda de valor arqueológico dos

sítios localizados. Quanto a v. Puttkamer, é conhecido por seus trabalhos fotográficos entre os índios, e pela abundante documentação que tem produzido. Só é lamentável que cópia desse insubstituível e valiosíssimo material não se encontre recolhido ao Museu do Índio e à disposição dos etnólogos. A questão de sua competência é pacífica, e a validade científica da prospecção arqueológica na Chapada e sobre tudo no Vale do Guaporé é mais pacífica ainda.

Houve, entretanto, alguns senões. A proximidade do acampamento atraiu os Wasusú, perturbando seu ritmo normal de vida, pois se dedicavam a coletar cerâmica para trocar por açúcar e outras coisas. No intuito de lhes agradar, foram dados presentes, sem uma exigência imediata de reciprocidade, o que conduz a uma visão deturpada do sistema econômico nacional, que passará a ser visto como doador de bens. Isso é sobremaneira nocivo, do ponto de vista educacional, sobretudo se a doação tender a inflacionar os valores locais, e a criar expectativas que não poderão ser atendidas pela troca normal de objetos tradicionais (ou serviços) por manufaturas civilizadas. Outra inconveniência foi ^(do) consumo de bebidas alcoólicas na presença dos índios, que muito se comentavam. Sublinhe-se, entretanto, que segundo seu próprio testemunho, e o de Jesco v. Puttkamer, nenhum álcool foi aos índios oferecido, ou por eles tomado, pois a equipe de pesquisa precaveu-se quanto a isso.

Diante destes fatos, mantivemos uma conversa com Miller e Puttkamer, recomendando que se restringisse a retribuição pela coleta de cacos, para desencorajá-la; que houvesse comedimento na distribuição de presentes, e sempre em troca de algo; e que totalmente se evitasse beber em frente aos índios. As sugestões foram imediatamente acatadas. Discutimos também a escavação perto de aldeias e nas cavernas de importância mitológica, no sentido de impedir que isso acontecesse, mas admitindo que a estava sendo feita próximo aos Wasusú fosse terminada, para não deitar a perder seus resultados. E insistimos em que o planejamento das futuras prospecções, quanto a sua localização, fosse elaborado em entendimento com o Coordenador do Projeto, de modo a fazer a pesquisa segundo normas estabelecidas de comum acordo, com o objetivo de não prejudicar os índios na situação já crítica que os envolveu.

2.2.3 Áreas indígenas reservadas

O caos que define a situação interétnica no Vale do Guaporé vem diretamente de dois erros crassos e sucessivos de política indigenista. O primeiro foi a escolha da área destinada à Reserva Nambikwara, que ignorou quaisquer critérios científicos e todo o conhecimento etnográfico e ecológico, já acumulado, sobre a região. Diferenças de caráter adaptativo entre índios do Vale e índios da Chapada, foi como se não existissem, e o mesmo aconteceu no que 'respeita às condições naturais. O trecho de Oberg (p. 83) que citamos estava publicado desde 1953, e a literatura especializada era o bastante informativa para que ~~em primeiro lugar~~ tal erro não fosse cometido. Sabia-se, aliás, que na Reserva o solo cultivável era pouco e a caça quase inexistente, segundo em 1973 nos informou o Sr. Fritz Tolksdorff, em Cuiabá. Nessa época, pensava ele na possibilidade de povoar com coelhos aquelas savanas, de modo a superar a falta de carne. Nisto, simplesmente, estava novamente ignorando qualquer princípio ecológico, pois a introdução de coelhos teria como consequência provável sua proliferação descontrolada e a perturbação global do ecossistema, a nível biótico. Com exemplo do que sucederia é dado pela Austrália. Não dizemos isto para incriminar pessoas, mas para apontar os prejuízos advindos de atribuir complexas tarefas de política indigenista a funcionários sem a indispensável preparação técnica. Podendo ser eficientes, por exemplo, na atração de índios arredios, carecem de instrumentos para orientar sua acomodação à sociedade nacional. Só a decisão, em boa hora tomada, de entregar Projetos de Desenvolvimento Comunitário a profissionais capazes, impedirá que se continuem a tomar decisões sem nenhum apoio teórico e pouquíssima referência empírica.

Pior que só escolher para a Reserva terras sobre a Chapada foi, delas, selecionar exatamente as piores. O Decreto nº 63.368 de 08/10/1968 deixou de fora quase todas as florestas de galeria e a única florsta contínua ali existentes, guardando apenas as irrisórias matas ciliares dos afluentes ocidentais do alto Juina. E destas, a melhor estava -- e está -- nas mãos do Sr. Pereira César, autorizado a permanecer (of.M/m nº 354 - 5ª DR - Cuiabá, MT, 19/11/1968). O que significa que para os índios ^{quase} não haveria onde fazer agricultura, nem meios de sobreviver.

Mais grave ainda é que, quase simultaneamente à criação da

Reserva, passou a FUNAI a expedir num segundo erro — certidões negativas para o Vale do Guaporé, como se ali existisse ninguém. Isto deveu-se não a um desconhecimento de fato, mas a deliberada intenção de entregar o que era legalmente dos índios a membros da sociedade nacional. Se assim não fosse, não se compreenderia que em certidões figurasse o compromisso de remover as populações do Vale para a Reserva na Chapada, provocando a imediata ocupação da quele pelas fazendas. Nem sequer se esperou a transferência prometida, para ajuizar de seus resultados e liberar as terras. Prova disso é que ainda hoje não há na Chapada dos Parecis um só bando nambikwara do Guaporé. Resumindo: a política indigenista na primeira fase da Reserva Nambikwara orientou-se no sentido de privar os índios dos solos melhores; de os concentrar nos de pior qualidade, onde nem sequer haveria condições de sobrevivência física para toda a população nambikwara; e de atender assim a interesses particulares de membros da sociedade dominante. Esta prática contrariou frontalmente as disposições legais e a orientação expressa da política da Fundação Nacional do Índio, pois a segurança e desenvolvimento nacionais não estavam comprometidos.

Das 18 certidões negativas registradas em nosso caderno de campo, a primeira pertence à Sapé Agropecuária S.A e é de 1969.

Desse total, 11% foram emitidas em 1969, 33% em 1970, 39% em 1971, e 17% não temos a data. Isso indica uma frequência crescente na emissão desses documentos até 1971, pelo menos, o que concorda com o que sabemos quanto ao ritmo de ocupação do Vale pelos brancos. Como as duas tentativas de levar índios para a Chapada soçobrarão, esta ocupação fez-se sobre território ainda povoados e explorados por eles.

Era perfeitamente previsível, diante do que expusemos, o fracasso da mudança. Os Wasusú e Al' Antésú, adaptados ao Vale, não acharam atrativos na Chapada e voltaram, para encontrar que a disrupção ecológica cerçava a operação de seu sistema adaptativo.

Os Wasusú, nem roças suficientes puderam refazer; e os Al' antem vêm morrendo as crianças, contaminadas ao que parece pelo gado. Os outros bandos, chegaram nesse interim à situação que antes descrevemos, e que não se pode sustentar por mais tempo.

Em 1973, o Dec. nº 73.221 de 28/11/1973 anexou à Reserva a faixa entre o Rio Camararé e o 12 de Outubro, unificando assim o território antigo, (agora incorporado, eo do P.I. "ambikwara, ex-

Pyreneus de Souza. Aumentando a área, permitiu melhorá-la pela inclusão das matas de Campos Novos, a noroeste, e assegurar a subsistência das populações da Reserva. Estas são as do Distrito do Campo, que ali já estão, e as do Distrito Norte, que será possível transferir. Mas o Decreto não poderia resolver a situação do Guaporé. Foi isso que tentou o Decreto nº 74.515 de 05/09/1974, ao criar uma Área Interditada de 2.965 km² entre os rios Guaporé, Sararé e Valera.

Tomadas em conjunto, os diplomas legislativos de 1973 e 1974 foram tentativas de reparar, parcialmente, os erros anteriores, mas o mal estava feito e era, em parte, irreparável. Tudo o que daí por diante se fez ou venha a fazer, arca com o ônus dos precedentes desacertos, e vulnerável a fatores imprevistos, instáveis e de difícil controle, como por exemplo o das atitudes subjetivas dos índios. O mau resultado da apressada mudança dos Mahaytésú e Way'su é uma prova, e consequência direta da permissão dada às fazendas.

Além disso, como defendem os ^{índios} (e buscar soluções acaba por ferir interesses firmados, gerou-se uma rede de intrigas que procura denegrir -- e atrapalha -- a atuação dos executores do Projeto Nambikwara; Porém a responsabilidade pelos insucessos parciais -- que já houve e talvez volte a haver -- recai, em última análise, não sobre eles mas sobre quem originalmente errou ao decidir, no mais alto nível de decisão.

3. Projeto Nambikwara

3.1 Concepção, programa e execução

O fim último visado pelo Projeto para Normalização da Situação Nambikwara, de David Price, é o de gradualmente instrumentar os índios para que sejam o mais simétricas possível suas relações com a sociedade nacional, de modo a que, um dia, cuidem de seus próprios interesses e prescindam de proteção direta; e isto sem que no processo se vejam obrigados a perder a identidade étnica e integridade social. Confrontados estes objetivos, os meios propostos para os alcançar e a realidade atual, conclui-se ser adequado o esquema geral que serve de base à ação, havendo, no entanto, pontos que podem ser discutidos. Como estes se prendem à questão das Reservas e da remoção de aldeias, serão tratados em secção à parte.

A divisão em tres Distritos, Norte, Campo e Vale do Guaporé, concorda com as diferenças ecológicas e culturais, e a assistência móvel proposta é compatível com as grandes distâncias entre aldeias, possibilitando melhor atendimento. Mesmo se vierem a ser reduzidas aquelas distâncias, o sistema deverá ser mantido pela vantagem de impedir a presença permanente de civilizados -- Chefes de Posto -- nos grupos locais, e o decorrente aumento de dependência. Com isso estamos de inteiro acordo, estendendo-se o acordo às ideias sobre formas, métodos e objetivos da escolarização projetada. Parece-nos também de importância a discussão feita por Price quanto à economia, e especialmente quanto à comercialização das manufaturas indígenas: deveria ser autorizada pelos órgãos competentes a experiência que sugere, desde que sob a supervisão constante dos Chefes de PI e do Coordenador do Projeto. Haverá, de qualquer modo, sempre a alternativa de voltar atrás se os fatos o impuserem.

Quanto à presença de missionários, é agora útil, ^{dos índios} malgrado a interferência, sutil ou não, na vida, e, sobretudo, em seus sistemas de valores. O pior defeito, entretanto, é o irrealismo de certas facetas da ação desenvolvida. (Entre os Al'antésú vimos cantar hinos com letra religiosa em português (incompreensível) e a música de " Oh my darling Clementine", sem que ninguém da aldeia fosse capaz, sequer, de manter a menor conversação na língua em que cantava. Neste aprendizado restritamente mecânico, o início es-

tava reduzido à condição de papagaio. Mas é só um exemplo). Por outro lado, os linguístas do Summer Institute of Linguistics colaboram alfabetizando, e a Missão Cristã Brasileira apoia com eficácia no setor de saúde e transporte; no Vale a presença de Pauck e de Booy é um paliativo e garantia de que não haverá desmandos diretos dos civilizados. Mas quando a situação da ou das reservas se normalizar, será necessário, como diz Price, reduzir a proporção entre populações indígenas e população missionária, em benefício do combate à dependência. Isto não obriga a recusar, por exemplo, entrosamento no campo médico com o futuro hospital missionário de Vila Bela, ou o trabalho dos alfabetizadores na escola -- devendo estes, note-se, evitar intrometer-se no mundo das crenças nativas.

Dominuído o número de missionários, as tarefas protecionistas e assistenciais recairão com maior peso sobre o pessoal da FUNAI, que deverá ser reforçado, em tempo oportuno, por enfermeiros ou assistentes de enfermagem, e mais tarde por técnicos de outros setores, sob a orientação permanente do antropólogo.

Atualmente, o Projeto conta com os três Chefes de Posto que respondem pelos Distritos, ^(com o) Coordenador, sendo premente a necessidade de um enfermeiro para atender melhor ao setor de saúde. Nos outros setores, e tomadas em conta as limitações de pessoal, recursos e facilidades de transporte, face à multidão de obstáculos encontrados, pode-se dizer que o Projeto está operando de modo correto. Não fomos ao Distrito Norte, nem acompanhamos o encarregado do Distrito do Campo em seu circuito pelas aldeias. Mas discutimos o trabalho com todos os chefes de Distrito, observamos o funcionamento da escola e, de perto, prolongadamente, o desempenho de Sílbene de Almeida no Distrito do Vale do Guaporé. Do que vimos, foram estas duas últimas coisas ^(as) que nos pareceram mais importantes.

Na escola, o mais notável era a motivação entre os alunos, ao todo 25, distribuídos entre os dois sexos e originários dos grupos Saw'entésú, Halótésú, Kithawlhú e Niyalhosú. Com aulas pela tarde, de manhã espontaneamente empenhavam-se em estudar as lições sós ou em grupo, e à noite jogavam víspera e dominó, como forma de aprender a dominar um sistema de contagem numérica, que não encontra correspondente na cultura nambikwara.

No Vale, da atuação desenvolvida ressalta o intercâmbio diplomático que estabelece entre os vários bandos em latente hostilidade.

dade. Munido de um gravador, o Chefe de Posto Indígena trazia recados e música de uma aldeia para outra e levava de volta as respectivas respostas. Estas, pelo menos uma vez, foram acompanhadas de presentes: no caso, feijão mandado para que a outra aldeia plantasse, com algumas invectivas contra a preguiça dos presenteados, e exortações a que se tornassem mais diligentes. Isto, aliás, pareceu nos algo bastante formalizado, talvez exigido pela etiqueta do contato entre bandos. Mas não o podemos afirmar com certeza. O importante é que essa diplomacia é passo essencial na diminuição de tensões, por favorecer uma reciprocidade positiva entre bandos, e na criação de atitudes menos conflituosas que permitam a futura convivência, a menor distância, em áreas reservadas. Quanto ao resto do trabalho, rotineiro mas exigente e cansativo, resume-se à medicina de doentes, a seu transporte para o médico, à atenuação de problemas ^(nas) fazendas e os índios, à recuperação de uma espingarda desaparecida e ao conserto de outras, numa sequência que seria supérfluo enumerar.

Quanto às situações inopinadas de agravamento da crise geral, como a da invasão da aldeia de Campos Novos pelos homens da Hamerindua, a intervenção do Projeto tem sido imediata e incisiva, correspondendo ao que dela se deve exigir. Em tudo isto, foi fator fundamental o curso prévio sobre a região nambikwara, dado aos Chefes de Posto pelo seu Coordenador.

3.2 Atuação nas áreas reservadas

Ao tentar equacionar o difícil problema criado pela competição ecológica estabelecida no Vale, David Price preconiza a transferência dos Nambikwara do Sul que nele habitam para a área Interditada, e aventava a hipótese de remover também para lá os Nambikwara da Chapada que estão a sul do Rio Camararé. Esta última sugestão levaria a um compromisso mediante o qual, removidos os índios e desocupadas as terras, seria possível dá-las em troca das que os fazendeiros têm na Área Interditada, evitando pagar indenizações. A nós parece-nos, entretanto, que esta questão das transferências têm feito surgir tais dificuldades que mais valeria deixar de lado esse alvitre. Isto é, não se deveria pensar em movimentar os índios da Chapada antes de resolver a questão do Vale, mais crucial, onde por causa da devastação já é inevitável ter que mudar aldeias. Assim, não voltaremos a discutir a Reserva Nambikwara da Chapada, deixando, como opinião assente, que ela não deve de momento sofrer quaisquer modificações que impliquem em diminuí-la, ou em retirar índios de dentro dela. Será talvez caso para estudar no futuro, mas não agora. O que não impede que se prossigam os esforços para abrigar ali os Nambikwara do Distrito do Norte. Quanto aos de Sainã, devem também permanecer provisoriamente onde estão.

Ficamos, pois, reduzidos ao exame da política de Price para o Vale, a qual tem de sopesar, por um lado, as atitudes e desejos dos índios, e, por outro, a realidade ecológica, econômica, e legal nele reinante, sem falar das injunções de poder que lhe estão ligadas. Em princípio, aos indígenas desagradava abandonar territórios tradicionais, por motivos religiosos e outros; e a desconfiança vigente entre bandos aumenta o desagrado, porque trocar de território envolverá ficar mais perto de outros grupos. A requerida mudança psicológica e cultural demanda tempo, e este é um daqueles elementos imprevisíveis de que falamos. Mas o tempo é escasso, porque o avanço das fazendas cresce e faz perigar a mata, fundamento econômico das aldeias. Remoções como as dos Hahayntésú e Way'á, que Price classifica como apressadas, e apressadas devido às pressões sofridas, conduziram ao que se viu. Mas grandes delongas serão também fatais se as fazendas mantêm o mesmo ritmo, que nos parece, como a Price, irrefredível pelo enorme poder econômico que detêm. Assim, o intenso trabalho de preparação e conscientização que o au

tor do Projeto preconiza, e com Silbene de Almeida efetua entre os índios, é indispensável e urgente. Mas, apesar dele, não pode haver certeza absoluta sobre seus efeitos. Acreditamos que os Way'sú, desde que lhes procurem melhor local, acabarão por adaptar-se; e que os Wasúsú e Al'antésú realmente irão para a Área Interditada. Dos Way'sú remanescentes da Sorana nada se pode afirmar, e os Hahayntésú simplesmente não cederão nestes próximos anos. Nem cederão os Alto Sararé que estão mais perto da sede da Sapé - Sararé.

Quanto ao executor do Projeto, acha-se de mãos atadas enquanto não estiver seguro de que a Área Interditada será transformada em Reserva, desistindo os proprietários de suas pretensões. Porque, na incerteza, é risco exagerado criar expectativa de mudança ou levá-la a cabo, para ter de recuar novamente. Mas, havendo definitivamente Reserva, o risco vale ser corrido.

Pessoalmente, concluímos pela oportunidade de se tomarem medidas jurídicas concretas para tornar a Área Interditada em Reserva, mesmo que os Hahayntésú não aceitem ir para ela e fiquem onde estão. Para atender aos índios do Alto Sararé, recomendamos que essa futura Reserva englobe um trecho não contido na *Área Interditada*, e indicado por nós a vermelho no mapa nº 2. Este mapa retrata a região nambikwara com seu hipotético aspecto futuro, tendo ao nordeste uma Reserva e outra a sudoeste.

4. Soluções alternativas para o Vale Guaporé

Não obstante a opinião expressa na secção anterior, apresentamos aqui tres opções alternativas para o Vale do Guaporé. Estas foram estudadas por solicitação expressa do Sr. Presidente da FUNAI, preocupado com a eventualidade de, criada a Reserva na Área Interditada, os Hahayntésú, Wasusú, Al'antésú e parte dos Sararé se recusarem a ir habitá-la.

Ao abordar este assunto, é preciso ter em mente que qualquer intervenção no sentido de estabelecer reservas no Vale do Guaporé, ao norte da Área Interditada, terá de desalojar fazendas ali firmemente instaladas, de enfrentar uma renhida luta legal e todo o poder -- económico e político -- de seus proprietários. Recorrendo a meios normais, a disputa será tão longa que quando acabar não haverá mais índios a que atender, por ter o processo de sucessão ecológica atingido seu termo com a extinção das populações nativas. Constando-se com as características demográficas, ^{nestas} com a capacidade da tecnologia moderna alterar o ambiente, e com as dimensões da população civilizada competidora, essa extinção é previsível em poucos anos. Por isso, opinamos que só uma medida legal de exceção será eficiente para, de um só golpe judicialmente irrecorrível, afastar as fazendas das áreas indicadas pela FUNAI para Reserva. De entendimento, referimo-nos especialmente ao caso destas ^{Leções Alternativas} (sem excluir o outro), e em caso contrário será preferível nem tentá-las sequer. Intimamente, estamos persuadidos de que medidas de exceção não serão aceitas como oportunas, e que portanto as alternativas são impraticáveis.

Ao construir as propostas abaixo, orientaram-nos seguintes princípios básicos:

- a) O território global dos bandos deveria ser contínuo, evitando-se fragmentação, por razões ecológicas, demográficas, sociais e étnicas.
- b) Não se quereriam transferências de aldeias;
- c) Os limites das áreas demarcadas estariam apoiados em acidentes naturais de fácil identificação e não em linhas secas.

Na dificuldade evidente de obedecer rigidamente aos tres princípios, estes foram combinados, esperamos que com bastante equilíbrio, com o resultado que segue e deve ser cortejado com o mapa transparente da cobertura vegetal.

ISA 28

Alternativa I (mapa nº 3):

- a) Manutenção da Reserva Nambikwara na Chapada (traço verde)
- b) Criação da Reserva sul na Área Interditada (traço verde)
- c) Anexação, à Reserva criada na Área Interditada, do trecho proposto (traço vermelho escuro e superfície pintada de vermelho claro);
- d) Criação de uma Reserva para os Mahayntésú entre os rios Guaporé e o rebordo da Chapada, demarcada ao norte pela estrada da fazenda de Edmundo José Rodrigues e o rio que de seu extremo oeste prossegue até o Guaporé; e ao sul pelo que supomos ser o Rio Balroada (traço vermelho, superfície amarela);
- e) Transferência dos Wasusú, Al'antésú e Way'su de Amburana para a Área Interditada. Permanência em seu local dos restantes, inclusive os Sararé de leste.

Os defeitos desta alternativa são, simultaneamente, a fragmentação territorial, e a necessidade de mudar tres bandos, além das vastíssimas derrubadas abrangidas pela suposta Reserva Mahayntésú. A vantagem é não movimentar os dois grupos mais relutantes (Sararé e Mahayntésú).

Alternativa II (mapa nº 4)

- a) Manutenção da Reserva Nambikwara na Chapada (traço verde);
- b) Criação de uma Reserva no Vale do Guaporé entre este rio, a BR-364, o Galera e a estrada de Edmundo José Rodrigues, com o rio que de sua ponta vai até ao Rio Guaporé (traço vermelho);
- c) Criação de uma Reserva entre o Galera e o Sararé, limitada a oeste por uma linha seca e a leste por duas linhas secas e pelo segmento indicado do alto Sararé quando ele inflete para o sul (traço vermelho).

Os defeitos desta alternativa são a fragmentação territorial, o aumento das áreas exploradas por civilizados contra as quais haveria que lutar, e as linhas secas, mais difíceis de guardar ^{invasões} contra. A vantagem está em não remover nenhum dos bandos nambikwara.

Alternativa III (mapa nº 4)

- A) Manutenção da Reserva Nambikwara na Chapada (traço verde)
- b) Criação de uma Reserva no Vale do Guaporé que abranja as duas reservas sugeridas na Alternativa II, ligando-as por uma área limitada a nordeste pelo rio Galera e a oeste por uma linha seca que acompanha o sopé da Serra de São Vicente (traço azul).

Como se ve pelo traçado sobre um mapa, esta é uma variante da alternativa anterior. Tem a vantagem de não exigir nenhuma mudança de aldeias, de não fragmentar territórios no Vale, e de os tornar legalmente contíguos ao da Reserva da Chapada. Teriam de ser feitos arranjos para permitir funcionar o comércio ao longo da BR - 364, e poder-se-ia mesmo pensar em abrir mão da parte da Reserva Kambikwara que está para leste e norte da linha telegráfica. (Mas é preciso lembrar a aldeia Paressi que ali há). O grande óbice desta proposta é a maciça oposição que levantará, e o fato de abarcar grande quantidade de matas e savanas já destruídas pelas empresas.

5. Recomendações

5.1 Recomendações menores

Tendo em vista os fatos apreciados que reputamos de menor importância, recomendamos que:

- a) se designe para o Projeto Nambikwara um enfermeiro;
- b) se desocupe a faixa da Reserva Nambikwara adjacente à BR - 364 de todos os bens de civilizados, permitindo-se a extração de água mediante contrato e pagamento de uma taxa;
- c) se condicione a prospecção arqueológica: 1ª) a um plano elaborado de comum acordo pela equipe de pesquisa e Coordenação do Projeto Nambikwara, para eliminar quaisquer repercussões negativas para os índios;

2ª) à recolha de cópias das fotografias etnográficas ao Museu do Índio. Na qualidade de Avaliador oferecemo-nos, sem ônus, para participar das pertinentes discussões, uma vez que fizemos também parte do projeto Miller - Puttkamer.

5.2 Recomendações principais

No referente aos casos mais graves abordados no relatório, recomendamos que:

- a) não se alterem de momento as características da Reserva Nambikwara.
- b) se prossiga a tentativa de levar para a Reserva os índios do Distrito do Norte que estão fora dela.
- c) se tomem medidas radicais para impedir a invasão da Panamericus Agrupastoril S.A. e as prepotências de seus empregados;
- d) se condicione a permanência temporária do Sr. Pereira César na propriedade do Boqueirão à sua desistência de introduzir novos colonos na Reserva;
- e) se procure uma solução justa e urgente para o Sr. Pereira César, apressando as providências necessárias;
- f) se decrete a transformação da Área Interditada em Reserva, anexando-lhe a parte vermelha do mapa nº 2;
- g) se mantenha em aberto a Alternativa I para o Vale do Guaporé, na hipótese de haver da parte dos Mahayntésú recusa total e permanente de se deslocarem.
- h) se proceda ao planejamento e execução de um programa anti-malárico preventivo e curativo, antes, durante e depois de qualquer relocação de bandos na Área Interditada (Reserva Sul).

6. Conclusão

Pouco resta, depois desta longa discussão do Projeto Nambikwara, a dizer a seu respeito. No entanto, gostaríamos de frisar a inteligência, cuidado e competência profissional de sua elaboração, e o desprendimento e dedicação que vimos postos em executá-lo, tanto da parte de seu Coordenador, como da equipe que o assiste. Os sobressaltos, fracassos e contratempos não vêm da qualidade do Projeto ou de sua aplicação, mas das confusas condições criadas pelos erros básicos inicialmente cometidos, a que nos referimos. Merece, portanto receber toda a cobertura possível, e a compreensão exigida pela parcial imponderabilidade do campo sobre que opera, para que prossiga no mesmo rumo geral. É esta nossa última importante recomendação. Ela retrata a convicção de que só os Projetos de Desenvolvimento Comunitário, como o que tivemos oportunidade de avaliar, poderão renovar, a nível executivo local, a política indigenista brasileira, inaugurando uma etapa promissora.

7. Documentação compulsada

- IBGE - CNG - Atlas nacional do Brasil , (Rio de Janeiro), 1966
- IBGE - IBG - Carta do Brasil ao milionésimo, (Rio de Janeiro), 1972
- MA - DNPM - Mapa geológico do Brasil (Rio de Janeiro), 1960
- OBERG, Kalervo - "The Nambiquara". Indian tribes of northern Mato Grosso, Brazil. Washington, Smithsonian Institution 1953.
- PRICE, P. David - Nambiquara society, Chicago, IPI., Un. of Chicago, 1972. (Tese de Doutorado, dat.) (Foi esta a fonte de quase todos os dados etnográficos).
- PRICE, P. David - Projeto para a normalização da situação Nambiquara, 25/01/1975. (Dat.)
- PRICE, P. David - Relatório C1/CPH/75. Levantamento para a implantação do Projeto Nambiquara, 07/07/1975.

Nota final - Neste relatório colaboraram em tarefas auxiliares Celso Lacava (laboratório fotográfico); Maria de Fátima Rosenberg de Oliveira (desenho cartográfico e montagem de fotos); Hildete da Costa Dória e Hilda Maria Baquero Paraíso (montagem de fotos); Rosália Alves Fonseca (datilografia).

Salvador, Bahia, 26/10/1975


Pedro Agostinho da Silva

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Relatório contendo subsídios relacionados ao Levantamento do "Habitat dos Índios Nambikwãra", localizados na área do Vale do Sararé (MT).

30/11/76

- a. Etapas das Atividades Preliminares
- b. Demarcação da Reserva levando em consideração o "habitat" da população Nambikwãra
- c. Conclusão da equipe de estudos

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RELATÓRIO CONTENDO SUBSÍDIOS RELACIONADOS AO LEVANTAMENTO DO "HABITAT DOS ÍNDIOS NAMBIKWARA", LOCALIZADOS NA ÁREA DO VALE DO RIO SARARÁ - (MT).

1) - INTRODUÇÃO

1.1 - Em cumprimento à Portaria nº 933/P, de 12.11.76, constituiu-se o Sub-Grupo de Trabalho "V", composto pelos servidores ALÍPIO LEVAY - Assistente do DGPI, ENI PEREIRA ZICA - Geógrafo do DGPC e DIANA CLÉA GARCIA DA MOTA - Antropóloga do DSI, a fim de deslocar-se ao Vale do Guaporé e proceder ao levantamento do habitat do grupo tribal Nambikwara, localizado na área do Vale do Rio Sarará - (MT), objetivando sua delimitação administrativa.

Conforme determinação daquela Portaria, os trabalhos a serem desenvolvidos, deveriam ser orientados de forma a cumprir as disposições da Portaria nº 385/N, de 23.08.76.

1.2 - Cumpre ressaltar a incorporação ao referido Sub-Grupo, do Engenheiro Agrônomo RICARDO DE ALMEIDA CAMARGO, Técnico do INCRA, sediado em Cuiabá, cujo relatório será anexado ao presente.

1.3 - Faz-se necessário informar que o mesmo Sub-Grupo contou com a cooperação do Missionário GERALDO (MICEB) como intérprete e conhecedor da área indígena e sor levantada, bem como do Missionário GUSTAVO, sediado em Vila Bela, atual Mato Grosso, nos sobrevoados realizados daquele habitat indígena.

1.4 - Também, em anexo, maps da área estudada, conforme normas para delimitação das áreas indígenas, em cumprimento a Portaria nº 385/N, de 23.08.76.

2) - ETAPAS DAS ATIVIDADES PRELIMINARES

2.1 - Em 10.11.76 o Sub-Grupo manteve os contatos em Vila Bela, atual cidade de Mato Grosso, onde reside o Missionário Gustavo, o qual vem desenvolvendo atividades assistenciais entre os Nambikwara há, aproximadamente, vinte anos.

Foram realizados sobrevoados na região do Vale do Rio Sarará, abrangendo os limites da área interdita, bem como das malocas anteriormente abandonadas pelos mesmos índios e das estuvas, objetivando levantar as áreas de roças, de caça, de pesca e de colota.

Alto
6/11
(37)

Também foram apontadas as aldeias abandonadas ou queimadas, fato este decorrente em consequência da morte de membros da mesma comunidade indígena que ocorreu por morte natural ou resultante de epidemias como o sarampo.

2.2 - Os primeiros contatos junto aos líderes indígenas Nambikwara, ocorreu em 21 do mesmo mês, através da colaboração do Missionário Geraldo (MICEB), como intérprete, visto os índios se expressaram muito pouco em português, ocasião esta em que foram expostos os motivos da presença do Sub-Grupo e que, de forma, os preocupou, uma vez que já se sentem inseguros com a presença de elementos estranhos que indagam sobre suas terras.

2.3 - Em 22, o Sub-Grupo percorreu a área, acompanhado do intérprete, visitando todas as aldeias e roças, quando manteve um contato mais direto junto à comunidade indígena, obtendo os subsídios necessários voltados ao desenvolvimento do trabalho em pauta.

2.4 - Novo sobrevoo foi realizado no dia seguinte, abrangendo as margens do Rio Sararé e córregos Atoloiro e Água Suja.

3) - CONSIDERANDO O QUE DETERMINA A PORTARIA Nº 385/N, DE 23.08.76, QUANTO À DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS INDÍGENAS, VISANDO A SUA DEMARCAÇÃO // ATRAVÉS DOS DADOS OBTIDOS DO LEVANTAMENTO DO "HABITAT" DO GRUPO TRIBAL NAMBKKWARA E TENDO EM VISTA A SITUAÇÃO ATUAL DO REFERIDO / GRUPO TRIBAL, OBSERVOU O SUB-GRUPO DE TRABALHO:

01) - que a comunidade indígena Nambikwara tem como habitat natural a área compreendida às margens esquerda e direita do Rio Sararé até os córregos Atoloiro e Água Suja, estendendo-se a Serra do São Vicente e às cabeceiras do ribeirão Pigguala e Mucaveré;

02) - que a referida comunidade indígena é constituída por 13 famílias, abrangendo um total de 48 pessoas (25 homens e 23 mulheres), distribuídas entre 8 malocas nas 4 aldeias existentes, sob a liderança de Domingos, Américo, Simão e Tito;

03) - que as aldeias acima citadas localizam na área descrita do item (1), conforme mapa em anexo;

[Handwritten signatures and initials]

- 04) - que, apesar dos contatos que vem mantendo junto a algumas / pessoas da sociedade nacional envolvente é considerado em / via de integração, ainda permanecem num estágio cultural / quase idêntico do de um grupo isolado, resistindo a qualquer / interferência ou modificações em caráter mais profundo;
- 05) - que a subsistência da mesma comunidade indígena é baseada no / cultivo de mandioca, milho e banana, base de sua alimentação, / a qual vem sendo gradativamente complementada com o recente / cultivo do arroz e feijão (pouco aceitos), batata doce, cará, / cana de açúcar;
- 06) - que foram encontradas roças já preparadas e plantadas de man- / dioca, banana, milho, batata doce, cará, abóbora, ananás, ma- / lancia e mamão;
- 07) - que toda a área é rica em caça (macaco, veado, tatu, peca e / anta). É fato comprovado, porém, a não aceitação da carne bo- / vina e do leite de vaca em sua alimentação, dando preferên- / cia ao leite em pó;
- 08) - que o Rio Sararé e respectivos afluentes na área, são pisci- / eos. Todavia, a pesca é realizada com maior frequência nas / lagoas formadas ou deixadas após as cheias ocorridas na mes- / ma área;
- 09) - que coletam frutas nativas da região (mangaba, araçá, goiaba / etc), bem como a palha de açaf, existente em quantidade su- / ficiente na área, a qual é utilizada para a cobertura das ma- / locas;
- Porém, observou-se a influência do estilo das habitações dos / regionais, em uma das malocas na qual foi utilizada madeira, / diferenciando-a das demais;
- 10) - que não foram encontrados, dentro da área levantada, vestí- / gios de cemitérios do grupo ou mesmo confirmação quanto à / sua possível existência pelos missionários que atuam no local. / Segundo informaram, quando ocorre a morte de um dos mesmos / desta comunidade indígena, é o morto enterrado segundo seus / rituais, dentro da própria maloca, com todos os seus pertan- / ces, sendo, posteriormente, queimado.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

-4-

- 11) - que não há posseiros e sim fazendeiros que entram pela posse de terras adquiridas, sem o conhecimento e aprovação da comunidade indígena Nambikwara, única proprietária legal, a qual só possa conhecer as transações realizadas de seu habitat, através das pressões e perseguições que vem sofrendo ao longo do tempo, as quais pouco a pouco, reduziram-na à área que hoje habitam e à população que ainda subsiste, precariamente;
- 12) - que o recenseamento do grupo foi baseado em informes fornecidos pelo missionário residente no local, não proporcionando de uma base segura para uma estimativa do crescimento da população Nambikwara, conforme abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE PESSOAS		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
De 0 à 05	3	3	6
De 05 à 10	2	2	4
De 10 à 15	2	4	6
Maiores de 15	18	14	32
T O T A L	25	23	48

- 13) - que dentro da mesma área ocorrem conflitos vários entre as aldeias decorrentes de desentendimentos, ocasionando o deslocamento de uma ou mais famílias nos limites já anteriormente citados, havendo perspectivas de aparecimento de outras aldeias ou malocas;
- 14) - que toda e qualquer mudança da referida comunidade indígena já praticamente exterminada e sofrida para local diferente, acarretará consequências imprevisíveis, uma vez que se negam a deixá-lo, afirmando que voltarão sempre a sua área de origem, da qual depende, por completo, sua sobrevivência;
- 15) - que esta comunidade carece de toda a sorte de assistência, encontrando-se, apesar das roças, subnutrida, sob os cuidados de missionários que lhes dão incentivo, medicamentos, / além do necessário conforto espiritual;

[Handwritten signatures and initials]

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

-5-

- 16) - que entre as crianças foi encontrado um menino, de aproximadamente 12 anos, chamado André, necessitando de cuidados médicos urgentes pois parece sofrer de epilepsia, tendo ataques que o deixam à mercê dos demônios índios, os quais o julgam sob o poder de maua espíritos, sendo já um pouco marginalizado dentro do grupo. O presente caso foi levado ao conhecimento da 5ª. DR, em especial, ao seu Setor de Saúde para as providências necessárias em sua área específica de atuação;
- 17) - que registrou-se a ocorrência de mortalidade infantil, decorrente, possivelmente, da falta de higiene e de consequências naturais de sua falta de segurança dentro do próprio habitat, sendo a assistência mais direta a fornecida pelos missionários residentes no local, que os conduzem, quando de casos graves, à cidade próxima chamada Jaurú;
- 18) - que a área onde habitam é constituída por campos, onde dão preferência para construir suas malocas e próximas às matas onde podem encontrar caça abundante e necessária à sua subsistência. A faixa de serra, porém, é pobre para qualquer tipo de atividade voltada à produção agrícola;
- 19) - que toda e qualquer atividade a ser desenvolvida pela FUNAI, relacionadas às terras que constituem o habitat natural dos Nambikwara, venha a contar com a presença e participação dos mesmos, devendo ser ouvidos e esclarecidos, uma vez que já se encontram iniciando sua integração à sociedade nacional pela qual é marginalizado o
- 20) - que o artesanato existente, ainda é confeccionado com o material extraído na própria área onde habitam.

4) - CONCLUSÃO

- 4.1 - Concluindo, o sub-grupo do trabalho delimitou o habitat natural do grupo tribal Nambikwara, situado no Vale do Rio Sararé como indispensável à sua sobrevivência, face encontrar-se o mesmo ainda em estágio inicial de integração, conservando, porém, quase intactos seus padrões culturais.

Alcy
CSB

- 4.2 - A área escolhida ainda é abundante em caça, pesca e coleta de frutos silvestres, necessários à sua subsistência, sendo explorada em toda a sua extensão. No entanto, deve-se observar que a caça tende a desaparecer nos próximos anos.
- 4.3 - A caça de animais silvestres e a pesca, não atualmente, são únicas fontes de proteínas consumidas pelo referido grupo, tendo em vista, ainda não aceitarem a carne bovina e o leite de vaca em sua alimentação.
- 4.4 - A área habitada pelos Nambikwara pode ser estimada em 3 tipos de aproveitamento do solo voltado à agricultura correspondendo, aproximadamente, 10% de terras improdutivas, 20% de terras de cerrado e 70% de matas (terra fértil).
- 4.5 - Além da caça, da pesca e da coleta de frutos silvestres, o grupo também possui roças com plantio de milho, mandioca, batata doce, cará, abóbora, cana de açúcar, banana, mamão, melancia, arroz e feijão, estes dois últimos de pouca colheita, no momento.
- 4.6 - Tendo em vista o exposto pelo Sub-Grupo de Trabalho "V" no presente relatório e, considerando a necessidade de serem adotadas medidas que visem soluções objetivas a curto prazo, o fim de serem atendidas as reivindicações dos Nambikwara, sugere:
- a) - Os limites abaixo discriminados para a área dos Nambikwara do Vale do Rio Sararé, indispensável para o seu sustento:
- LESTE - Partindo do ponto de confluência do Rio Sararé com um pequeno afluente sem nome de sua margem esquerda por uma linha seca rumo SW que, tangenciando o ponto SE da pista de pouso e, continuando até encontrar o córrego Atoleiro;
- S U L - deste ponto desce o córrego Atoleiro até sua foz no Sararé e por esse acima até encontrar o córrego Água Suja, subindo pelo mesmo vindo a encontrar sua cabeceira, na Serra São Vicente;

Almeida
Grupp

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

-7-

OCIDENTE - da cabeceira do Córrego Água Suja, por uma linha seca rumo NW, até encontrar a cabeceira do Córrego Pinquela;

NORTE - deste ponto, por uma linha seca rumo "E" até encontrar a cabeceira principal do ribeirão Mucavó e, daí, por uma linha seca rumo SE até encontrar o Rio Sararó num ponto distante aproximadamente 4,6 km da foz do córrego Laranjal (afluente do Rio Sararó), deste ponto sobe o / Rio Sararó até sua confluência com um pequeno afluente de sua margem esquerda, ponto inicial do seu descritivo.

- b) - a presença da FUNAI na área, com maior constância, a fim de prestar uma assistência mais efetiva e sistemática ao grupo Nambikwara nas áreas relacionadas à Saúde e à agricultura, esta última carecendo de uma criação toda especial face a extinção, dentro dos próximos anos, da caça e frutos silvestres;
- c) - fornecimento de ferramentas agrícolas que possam ser devidamente utilizadas pelos mesmos, tendo em vista o seu grau de integração.

É este o relatório do Sub-Grupo de Trabalho.

Brasília, 30 de novembro de 1.976.

Alípio Levay
ALÍPIO LEVAY

ENI PÉREIRA ZICA

Diana Cléa Garcia da Motta
DIANA CLÉA GARCIA DA MOTTA

AL/EPZ/DCGM/mrr.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RELATÓRIO SOBRE A REAVALIAÇÃO DAS ÁREAS INDÍGENAS
DOS MAMBICUARA DO VALE DO GUAPORÉ-RT
(OU MANAIRISU)

Em cumprimento a Portaria nº 221/P, de 19/
/05/78, apresentamos o relatório a seguir, elaborado com base em:

- a) Visitas rápidas a cada uma das áreas proposta no mapa em anexo;
- b) consulta direta aos grupos Manairisu, sobre as áreas que lhes pertencem;
- c) conhecimento já adquirido de cada um dos membros da equipe. Observa-se que os servidores Arivaldo e Silvano, prestam serviços na área a cerca de quatro anos, sendo o último, o chefe do Posto Indígena encarregado da assistência aos grupos do vale;
- d) relatórios e mapas elaborados pelo Antropólogo David Price;
- e) relatório de avaliação do Projeto Mambiquara, elaborado pelo Antropólogo Pedro Agostinho da Silva;
- f) relatório sobre viagem ao Vale do Guaporé, elaborado pelo também membro desta equipe, Noraldino Vieira Cruvinel, em 1976;
- g) relatórios dos chefes de postos acima indicados; e
- h) informações do Técnico Indigenista Marcelo dos Santos, encarregado da assistência aos Negorotã.

Os MANAIRISU (GENTE QUE MORA NA MATA), com quem, atualmente, de 07 grupos espalhados em 17 malocas ou aldeias, somando uma população total de 208 pessoas. observa-se que, quatro deles encontram desaparecidas desde 1977, quando fugiram pela segunda vez da casa do índio de Cuiabá-RT. Vide, no quadro em anexo, a distribuição desta população por cada das aldeias e grupos.

Os membros de cada aldeia (maloca), são unidos pela obrigação de partilhar comida, tendo cada família que

própria, sendo a atividade agrícola praticada, sobretudo, no período do inverno (chuvas).

A caça, a pesca, a colota, são também, atividades básicas na subsistência dos grupos, não havendo, entre tanto, época certa para suas práticas.

Como homem deve casar com uma mulher que seja sua parente afim e de sua mesma geração, é pouco provável que ao procurar esposa a encontre em sua própria aldeia, uma vez que o reduzido número de membros de cada dolos, restringe obviamente, o número de mulheres nesta categoria. Assim, terá obrigatoriamente de buscar mulher em outras aldeias, às vezes a centenas de quilômetros, o que geralmente não se resolve em uma única visita, gerando deslocamentos longos e maior relacionamento entre os grupos.

A residência após o casamento, embora de livre escolha, é geralmente uxorilocal, uma vez que a falta crônica de mulheres devido à mortalidade pós parto dá ao pai da noiva maior poder de barganha. Dependendo, portanto, da coincidência de nascimentos e da astúcia com que casa seus filhos, cada homem terá possibilidade de tornar-se líder de uma facção e vir a ser o chefe da aldeia em que vive, ou de mudar-se para estabelecer nova aldeia com seus seguidores que são seus parentes próximos.

Os casamentos intra-étnicos, as trocas, as visitas a parentes e o fato de haver alguns produtos da colota que só são encontrados em locais específicos, são fatores que unem os grupos. Estes fatores estão, entretanto, associados ao faccionalismo generalizado, tornando cada dos grupos, potencialmente hostis, com áreas de acesso independente para cada um deles, de tal modo, que toda a área do grande Vale do Guaporé, desde o rio Embixi até o rio Sararé, tem seus ocupantes, sendo cada das áreas respeitadas pelos seus vizinhos. Tal divisão, malgrado as grandes Agropocuarías hoje instaladas no Vale, continuam a existir e a serem respeitadas. Ressalta-se que embora cada grupo esteja conciente da área que indicaram para ser demarcada para si, como reserva indígena, retom, entretanto, o direito de caçar, pescar e colotar em todo o vale, onde quer que haja caça, pesca ou produtos da colota.

Ainda que contemos com vários trabalhos sobre os Nambiquara, os quais incluem os Manairisu, diversos aspectos da cultura deste grupo ainda não são bem conhecidos.

Queremos crer que o semi-nomadismo e a morte, são, para a questão da definição de suas terras, aspectos relevantes, sendo partes dos aspectos não bem conhecidos, acima referidos.

Ao que temos observado, por leituras dos trabalhos que ocupam com esse grupo, de nossa própria observação de campo e, sobretudo, pelas discussões com o técnico em indigenismo, Silbene de Almeida, faz-se necessário tecer algumas observações sobre os temas acima referidos.

A situação de contato, como em toda parte, tem impingido aos grupos indígenas, necessidades novas, e não possíveis de serem atendidas pela estrutura produtiva dos mesmos. Tais fatos são básicos na aproximação dos grupos Manairisu às fazendas instaladas no Vale do Evaporé. Entretanto, cada grupo aproxima das sedes das fazendas instaladas em suas áreas de acesso, tendo em vista a já referida divisão do Vale entre cada um dos grupos e, jamais fora dela. Acreditamos pois, que o semi-nomadismo, seja localizado e por isso mesmo, elegemos áreas, que, a nosso ver, seja o centro de tais áreas localizadas.

Os Manairisu acreditam no "espírito", o qual abandona o corpo, com a morte, sendo necessário afasta-lo da aldeia, a fim de provenir possíveis males. Sabemos, que após a morte um homem, com poderes para tal, incorpora o "espírito" do morto e que, tão logo seja possível, este deve ser "colocado" em um lugar específico, as chamadas grutas. Nenhum indivíduo não Manairisu, até o momento, teve acesso a tais locais, nem suas localizações são conhecidas. Acresce-se que não conseguimos conhecer tais locais, nem nos foi possível saber se os mesmos estão incluídos nas áreas delimitadas por nós, segundo as indicações de cada dos grupos.

Ainda que tenha sido tarefa fácil definir junto aos grupos (Megarotô, Haintou, Alantou e Macuso) suas respectivas áreas, queremos tecer algumas considerações sobre os Macuso.

Os Massucos iniciaram, por si mesmos, a de marcação de suas terras, no presente ano, abrindo estreitas picadas no meio da mata. Plotar tais picadas em um mapa, só nos parece possível, se contarmos com topógrafo e aparelhos especiais. Ocorre que a delimitação por eles iniciada não está levando em consideração um dos possíveis limites naturais e a área, ao que observamos, não será suficiente para abrigar toda a população Massuco que por certo existirá dentro de no máximo 20 anos, ainda mais se observamos que o faccionalismo interno, por certo, cindirá o grupo quando este contar com um razoável número de pessoas.

Outro fator que nos levou a não eleger a mesma área indicada pelas picadas iniciadas pelos Massucos, é que elas não tinham, segundo nos informaram os mesmos, o objetivo de demarcar a área de seus domínios, mas sim, barrar as derrubadas que se aproximavam de suas roças, o que as tornariam, inexoravelmente, em pastagem.

WAIKSU E ALAKATESU

Embora os Alakatesu e os Waiksu sejam dois grupos independentes, separá-los por localização não é tarefa das mais fáceis, havendo, quase sempre, Waiksu morando entre os Alakatesu e vice versa.

O histórico da ocupação destes dois grupos, embora não bem conhecida até o momento, parece não deixar dúvidas quanto suas localizações nos últimos 10 anos. O índio Lourenço Nambiquara, ora residente à margem da estrada que liga a BR-364 ao PI. Nambiquara, em 1969, juntamente com o Padre Alberto, da Missão Anchieta, esteve pela primeira vez entre os Waikou, quando então moravam no alto da serra, próximo da já indicada BR-364, atual Solicho do Mineiro. Foi, naquele ano, que Lourenço soube da existência dos Alakatesu morando na Fazenda do Garão, ex faz. Sorana, atual São Manoel e também, dos Alantesu residindo já no atual local.

Em 1970, a pedido do Administrador da Faz. Agropecuária Estrela do Guaporú, de nome Tiago, Lourenço confirmou a localização dos Alakatesu e dos Alantesu, estando entre estes, por alguns dias.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

=05=

Nos últimos dias do mês de dezembro de 1974 e nos primeiros dias do mês de janeiro de 1975, o grupo Waiksu foi mudado para o Sararé, em avião da Missão Cristã, tendo o piloto Gustavo utilizado a pista de pouso da então Faz. Sorana, para o embarque dos indivíduos deste grupo, juntamente com algumas mulheres Alakatesu então caçadas com os Waiksu. Este grupo permaneceu por alguns meses no Sararé, sendo posteriormente levado para Vila Bela, por motivo de Saúde, onde permaneceu até meados de 1976, quando então iniciaram, por seus próprios meios a regresso a suas terras tradicionais, onde parte ainda hoje permanece, tendo morado alguns meses, no Sararé.

Em 25 de dezembro de 1974, segundo, entre outros, Dona Luiza, pensionista da Fazenda Agropecuária Estrela do Guaporé, pessoa amiga dos índios, alguns Alantesu passaram, armados, na sede da referida fazenda, dirigindo-se para os Alakatesu, nas proximidades da Serraria da então Fazenda Sorana, dizendo a referida senhora que estavam indo caçar. Na verdade porém, os Alantesu estavam indo lutar com os Alakatesu, do que resultou um Alakatesu morto, Barbudinho, e um gravemente ferido, Joãozinho. Este, socorrido pela fazenda Sorana, que o transportou para Vilhena, salvou-se, mas ao que parece, não recuperou totalmente suas faculdades. Barbudinho só foi encontrado e enterrado porque o Capataz Gilberto da Faz. Sorana, o encontrou, quando ao ver muitos urubus em uma de suas invernadas, tratou de inspecioná-la para verificar se era alguma vez morta. *Acusar o piloto Gustavo de ser o responsável por este episódio.*
Deixamos de alugar as áreas para os Alakatesu e Waiksu, por:

- a) a região onde os mesmos se encontram, é uma região de cabeceiras de vários cursos d'água, estando incravada entre diversas fazendas, parecendo-nos de difícil identificação;
- b) os mapas do que dispinhamos, no campo, eram extremamente falhos;
- c) não contávamos com os serviços de um topógrafo devidamente aparelhado; e
- d) o índio Nanezinho, que melhor entende da Topografia da região e possui condições de melhor explicar qual a

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

=06=

Área de interesse do grupo, não foi encontrada, por estar caçada, sem data prevista para regresso à aldeia.

É parecer desta equipa, que faz-se necessário nova viagem ao Vale do Guaporó, para a eleição das áreas para esses dois grupos, devendo contar a nova equipa, com um topógrafo e mapas confiáveis.

Divergência entre as áreas propostas no mapa em anexo e aquelas constantes da alternativa nº 05 do Proc. FUNAI/BSB/0354/76.

Ainda que no geral as propostas de áreas atuais, mapas em anexo, para os Mambiquara do Vale do Guaporó (Mannairisu), pouco diverjam daquelas apresentadas em 1976, algumas das alterações aqui propostas tentam corrigir algumas falhas.

A primeira destas divergências deveu-se ao fato de acrescentarmos, no Vale, área para os Hegarotê que não foram incluídos na proposta anterior. Ocorre que embora houvesse prometido mudar-se para a Reserva Mambiquara, até hoje permanecem morando em seu território tradicional, dele não mais querendo sair.

A segunda divergência refere-se aos grupos Waiksu e Alakatesu. Quando foram eleitas as áreas para os índios do Vale, os Waiksu estavam em Vila Bela e prometiam mudar-se para o Sararó, pelo que dispensava indicar-lhes, área independente dos Alakatesu. Tal mudança embora tenha ocorrido, por brigas entre os Waiksu e os Sararó, os primeiros regressaram ao seu território tradicional.

As alterações nas demais áreas se devem a pedido dos próprios índios, de nosso maior conhecimento da cultura destes indígenas, do maior conhecimento da situação do contato nesta parte do território nacional, bem como pelo maior conhecimento dos grupos Mannairisu, quanto a necessidade de ter uma área que será respeitada pelas grandes Fazendas do Vale do Guaporó.

Queremos registrar, que a pedido dos Alakatesu, solicitamos, por recado, ao administrador da Fazenda Agropecuária Entrola do Guaporó, que suspendesse o desmatamento que

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

=07=

estão fazendo junto as roças deste grupo, vez que eles próprios já avisaram, ao dito administrador, que caso a derrubada não se ja paralizada, roubarão as panelas e os machados dos peões, bem como os expulgarão de seu território.

A situação dos Manairisu, cada vez mais enpremidos pelas derrubadas das fazendas, é por demais conhecida de todos que se interessam pelos Mambiquara, sendo necessário ressaltar apenas, que caso não seja regularizada, as áreas destes grupos, dentro dos próximos dias, a paz relativa que reina entre índios e fazendeiros nesta área não durará mais do que alguns poucos meses.

É parecer desta equipe, que a demarcação destas áreas propostas só tem sentido se edificada uma pequena infra estrutura de apoio imediato em cada uma delas, a exceção da área Mahaintesu, que já conta com PI instalado.

Pensamos que de imediato, faz-se necessário, em cada das áreas o seguinte:

1. Construções

- 1.1. uma casa para enfermaria e farmacia;
- 1.2. uma casa para residência do atendente de enfermagem e de um auxiliar de serviços gerais;
- 1.3. um pequeno depósito para mercadorias necessárias ao grupo e que não são por eles produzidas.

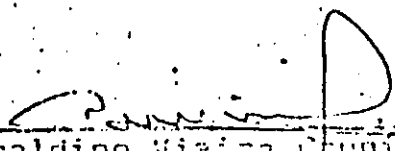
2. Pessoal

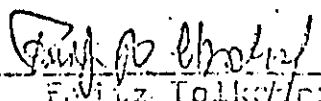
- 2.1. um atendente de enfermagem; e
- 2.2. um auxiliar de serviços gerais.


3. Equipamento

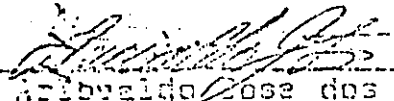
1. Rádio transmissor e receptor, inclusive para Mahaintesu.

PI - Macabuba, 17 de junho de 1978


Heroldino Vieira
Antropólogo


Fritz Tolke
Sertanista e Chefe Proj. Camb.


Silbone da Almeida
Tec. Indigenismo


Arivaldo José dos Santos
Tec. Indigenismo